



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

Plano de Capacitação em

Regulação no Saneamento

2021 | 2024





Sumário

1. Apresentação	04
2. Objetivos Estratégicos	06
2.1 Objetivo Geral	06
2.2 Objetivo Específicos	06
3. Diretrizes	07
4. Público-alvo	08
5. Metas	10
6. Trilhas de Aprendizagem	10
7. Estratégias de Implementação	13
7.1 Eixos de Capacitação	13
7.2 Formato de Realização das Capacitações	15
7.3 Cronograma de Implementação	19
7.4 Monitoramento e Avaliação (do Plano)	32
8. Catálogo Formativo de Cursos	32
9 Acompanhamento e Revisão do Plano	35
Anexo I	36
Anexo II	38
Anexo III	45
Anexo IV	67

1. Apresentação

A Lei nº 14.026, de 15 de julho 2020, atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas (ANA), agora denominada Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na supervisão das competências na regulação de serviços de saneamento. Entre as diversas

atribuições desta agência reguladora federal, e de acordo com o previamente estabelecido na Lei nº 9.984/2000 (que atribui à ANA competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento), no artigo 4-A do novo Marco Regulatório é realçado no parágrafo 11 que:

‘Caberá à ANA promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.’

No artigo 49 da mesma Lei, é ainda referido que ‘são objetivos da Política Federal de Saneamento Básico: XIII - promover a capacitação técnica do setor;’ enquanto o artigo 50 determina no seu parágrafo 11 que ‘a União poderá criar cursos de capacitação técnica dos gestores públicos municipais, em consórcio ou não com os Estados, para a elaboração e implementação dos planos de saneamento básico.’ No parágrafo 10 do artigo 4 é ainda referido que ‘caberá à ANA elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento das melhores práticas regulatórias para os serviços públicos de saneamento básico, bem como guias e manuais para subsidiar o desenvolvimento das referidas práticas.’

Por conseguinte, o novo quadro legal reconhece a importância da capacitação dos recursos humanos e dos contributos da ANA para a melhoria da qualidade da regulação de serviços de saneamento no Brasil, remetendo para esta agência reguladora federal a responsabilidade de impulsionar e coordenar a capacitação a nível nacional e mitigar os gargalos existentes neste escopo.









Perante este desafio, desenvolveu-se uma parceria entre a ANA e o Banco Mundial, com o objetivo de ‘realizar um diagnóstico das demandas e lacunas de

capacitação por meio de pesquisa e proposição de Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento e de Trilha Formativa sobre o tema, com avaliação das soluções educacionais já propostas pela ANA. Desta forma, o Banco Mundial com o suporte de um consultor externo contratado, apoiaram a ANA nesta sua importante missão que o novo Marco do Saneamento lhe confere.

Como resultado, foi desenvolvido e proposto o presente documento, que corresponde ao “Plano de Capacitação em Regulação de Serviços de Saneamento”, incluindo uma trilha formativa e as soluções educacionais correspondentes.

O desenvolvimento do plano de capacitação está dependente de adoção e execução de um grupo de ações sequenciais, que permitam a análise crítica situacional, a identificação e definição das metas a alcançar, além das necessidades que podem ser supridas por ações de capacitação ajustadas às demandas das agências reguladoras. A figura seguinte resume os passos necessários para a elaboração de um plano de capacitação e alguns passos necessários para sua implementação.

Passos para elaboração do plano de capacitação

-  Definição de metas e objetivos estratégicos e público prioritário
-  Criação ou identificação de soluções educacionais e seus conteúdos temáticos
-  Identificação de demandas e necessidades que podem ser supridas por ações de capacitação junto a agências reguladoras
-  Definição de modelos de execução dos treinamentos/ações de capacitação (ex.: presencialmente, online, ou uma combinação de presencial mais online);
-  Decisão do orçamento disponível e necessário para realizar as ações de capacitação por ano
-  Definição de trilha formativa e cronograma apresentando a oferta de ações de capacitação
-  Previsão de avaliação da eficácia das ações de capacitação a serem realizadas
-  Planejamento de ciclos de monitoramento e revisão do plano e das ações de capacitação dispostas na trilha

2. Objetivos Estratégicos

2.1 Objetivo Geral

Contribuir para o aperfeiçoamento de competências e capacidades dos profissionais das agências reguladoras infranacionais responsáveis pela fiscalização e/ou regulação de serviços de

saneamento básico; da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; e das demais entidades envolvidas com a regulação de serviços de saneamento básico.

2.2 Objetivo Específicos

Contribuir para o conhecimento e partilha de informação e para melhorar a qualidade da regulação de serviços de saneamento.

Garantir que todos os stakeholders que executam tarefas relativas à regulação do setor de saneamento básico tenham acesso a formações que aprimorem as suas competências.

Promover parcerias com instituições de ensino, pesquisa e associações técnicas, ou outros similares, associadas à regulação de serviços de saneamento



Promover a aprendizagem e o desenvolvimento permanente dos vários stakeholders no escopo da regulação de serviços de saneamento básico.

Alinhar as competências individuais com os objetivos do setor.

Elaborar materiais didáticos e desenvolver processos continuados de capacitação, por meio de trilhas de aprendizagem voltadas aos diversos públicos envolvidos com a temática.

Favorecer a troca e compartilhamento de conhecimento entre os stakeholders

3. Diretrizes

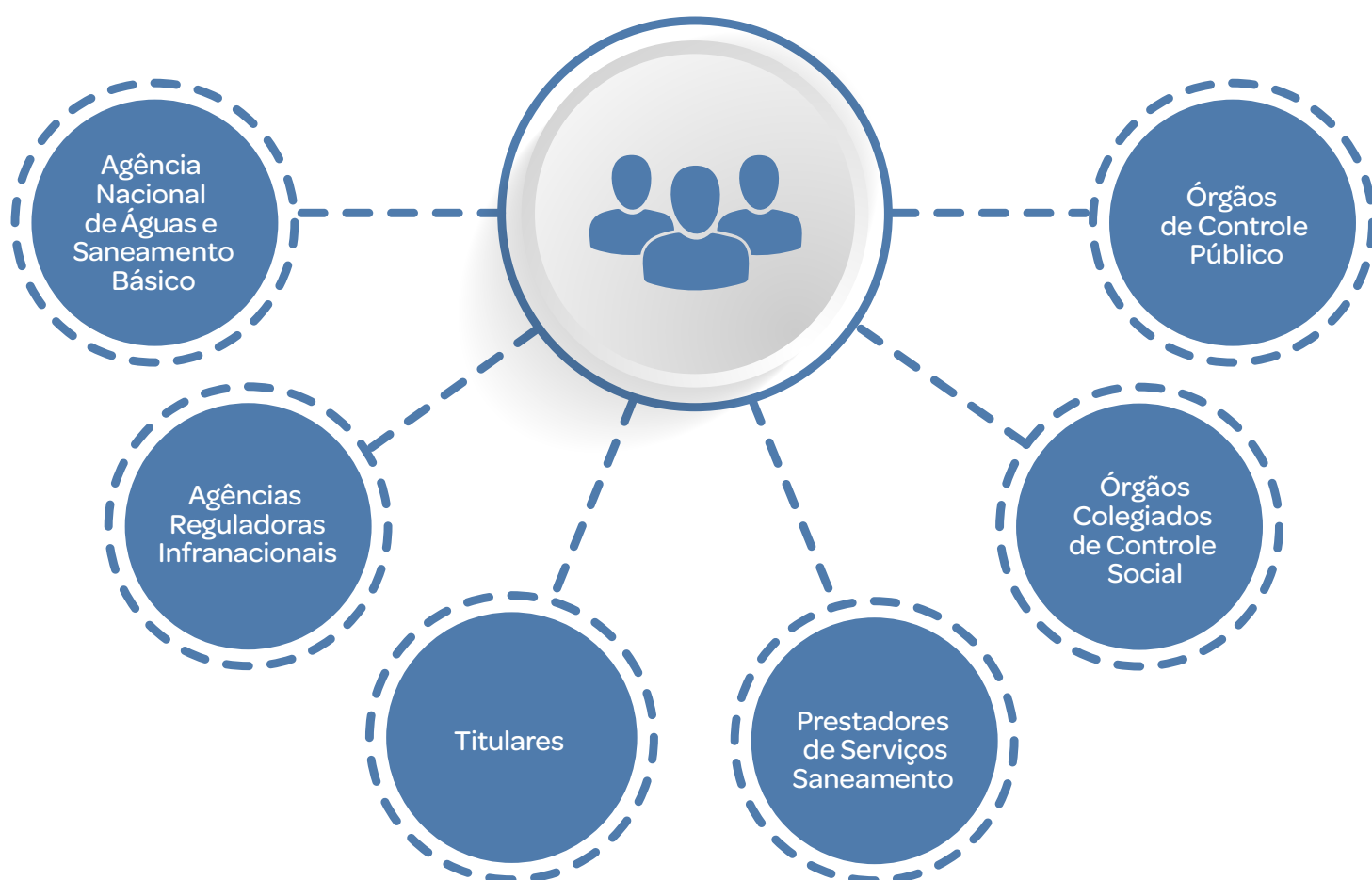
Projetam-se as diretrizes necessárias para a implementação de um Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento, ajustadas às necessidades dos vários stakeholders da regulação de serviços de saneamento.

Articulação institucional e parcerias para buscar atender as demandas de capacitação sobre regulação em saneamento
Diversificação e oferta de soluções educacionais buscando atender as necessidades dos diferentes perfis do público-alvo
Gratuidade das ações de capacitação
Desenvolvimento de ações de capacitação sobre regulação em saneamento de forma progressiva e continuada
Ampliação da qualificação da gestão institucional e da capacidade gerencial e técnica no âmbito da regulação dos serviços de saneamento
Priorização de soluções educacionais considerando as demandas do público interessado
Assegurar prioritariamente a participação das agências infranacionais nas ações de capacitação promovidas
Apoio à utilização de conteúdos e ferramentas digitais para ampliar a participação das partes interessadas em ações de capacitação
Elaboração de manuais para facilitar a implementação de normas de referência sobre regulação em saneamento
Difusão de boas práticas em regulação no saneamento
Inclusão de conhecimentos dos quatro serviços de saneamento básico (respectivamente serviço de abastecimento de água, serviço de esgotamento sanitário, serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana e serviço de drenagem urbana) nos cursos de capacitação não específicos
Priorização de capacitação dos servidores das agências reguladoras

4. Público-alvo

O público-alvo a quem se destina este Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento:

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);
- Agências Reguladoras Infranacionais;
- Titulares;
- Prestadores de Serviços de Saneamento;
- Órgãos Colegiados de Controle Social;
- Órgãos de Controle Público.



Os titulares são os proprietários e os responsáveis últimos pelos resultados da prestação de serviços de saneamento. Focadas, notadamente, na eficácia da prestação dos serviços de saneamento (acesso, qualidade de serviço e modicidade de tarifas), os titulares têm natureza política, o que reforça a importância da sua adequada capacitação neste escopo. O entendimento das funções e do que é a regulação, por parte destas instâncias, torna-se, desta forma, fundamental para que a mesma seja exitosa.

Os prestadores, por serem responsáveis pela disponibilização dos serviços de saneamento básico à população e à sociedade, também devem ser capacitados quanto à regulação de serviços de saneamento e, sobretudo, no que toca ao papel das agências reguladoras infranacionais. São estes que estão, em primeira linha, sujeitos à regulação pelas agências reguladoras infranacionais, pelo que para compreenderem, devem cooperar com as atividades e decisões regulatórias. Portanto, a sua adequada capacitação reveste-se da maior importância.

O marco regulatório do saneamento estabelece que o controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais, regionais, do Distrito Federal e municipais.

O referido documento também prevê que as funções e competências desses órgãos colegiados possam ser exercidas por outros similares já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram. A participação, engajamento e colaboração destes órgãos nos processos regulatórios torna-se muito importante, não apenas para o fornecimento de contributos para a melhoria da atividade regulatória, como para aumentar a aceitabilidade e corresponsabilização dos seus membros que representam os grupos de interessados nos serviços de saneamento e a sociedade em geral. Por último, também os órgãos de controle público constituem o público a ser beneficiado pela trilha formativa. O entendimento e interpretação do sistema e processo regulatório, por parte dessas organizações, torna-se muito relevante para evitar impasses, que possam penalizar a eficiência e eficácia da regulação.

No Anexo I é apresentada a estrutura organizacional das instâncias e dos responsáveis e atores da regulação de serviços de saneamento, incluindo a definição de posições estratégicas, táticas, operacionais e técnicas para auxiliar na identificação das competências.

5. Metas

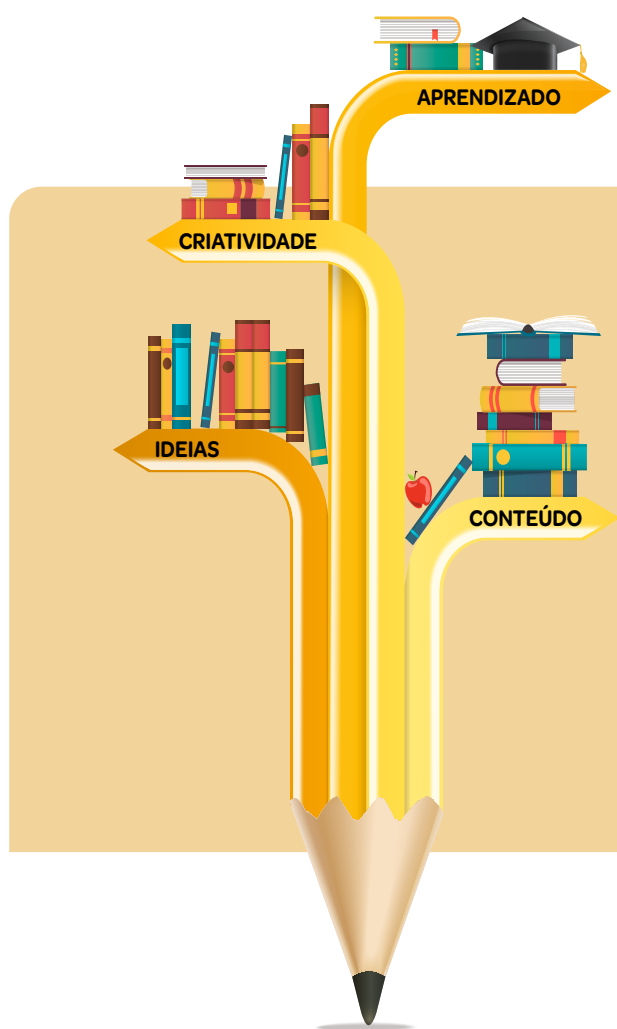
Um dos principais objetivos do Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento é garantir que todos os servidores (e demais atores) que executam tarefas relativas à regulação do setor de saneamento básico tenham acesso a ações de educação e capacitação que lhes forneçam conhecimentos e ferramentas importantes para o seu trabalho.

Pretende-se que, no mínimo, 75% das agências reguladoras infranacionais frequentemente, pelo menos, um curso de capacitação dentre os cursos previstos por ano, a partir de 2022. Para tal, o público será classificado no ato de inscrição, para permitir verificar adesão das agências por Eixo no acompanhamento do plano (consultar eixos de

capacitação no capítulo 7 deste Plano). Para analisar a capacitação o público das agências reguladoras, pretende-se verificar a quantidade de vagas, ou o seu percentual, ofertadas por entidade e por ano.

Pretende-se que o plano seja totalmente implementado até ao final do último ano, ou seja, até dia 31 de dezembro de 2024. Assim, será necessário averiguar anualmente o percentual de implementação do plano, através de variáveis como, por exemplo: o número de cursos que foram ofertados comparativamente com o planejado em cada ano; e o número de cursos ofertados por eixo comparativamente com o planejado em cada ano.

6. Trilha de Aprendizagem



A Trilha de Aprendizagem é composta por caminhos para o desenvolvimento de pessoas, com capacitações e outras ações educativas, que buscam facilitar o acesso a conteúdos para desenvolvimento de competências.

Assim, as trilhas são criadas com o objetivo de orientarem o público-alvo para os materiais de referência existentes sobre diversos eixos. Os materiais dentro de uma trilha podem ser organizados tendo em conta os perfis dos aprendizes, de modo a contribuírem para o desenvolvimento das suas atividades.

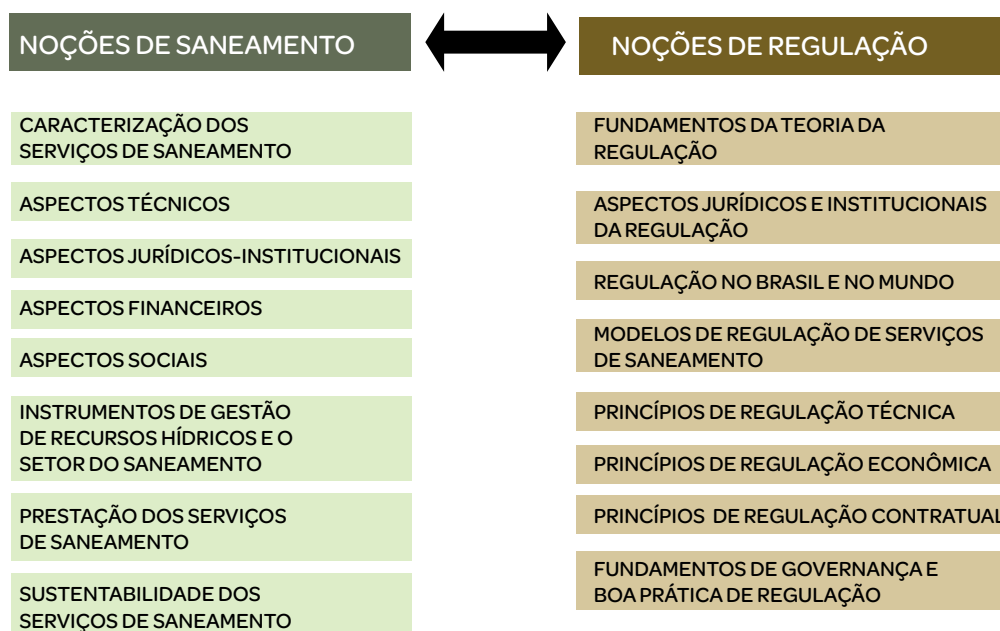
O modelo proposto para a capacitação em regulação de serviços de saneamento básico tem como objetivo identificar, organizar e promover a integração das competências consideradas fundamentais à consecução dos objetivos e das estratégias organizacionais no âmbito da regulação de serviços de saneamento para os vários stakeholders.

A figura seguinte evidencia a estratégia detalhada concebida para a capacitação em regulação de serviços de saneamento.

Adicionalmente, destaca-se que foi desenvolvida uma matriz de competências (Anexo II), evidenciando as capacidades que devem ser desenvolvidas por cada tipo de stakeholder, que

poderá ser consultado pelos interessados. Esta matriz compreende informação referente à entrega/competência e à função/cargo dos servidores nas agências reguladoras infranacionais e de outros atores da regulação de serviços de saneamento. A matriz relaciona e correlaciona as instâncias, os responsáveis e atores da regulação, a sua estrutura organizacional e os conhecimentos necessários e reconhecidos como relevantes (fundamentais e específicos), considerando a sua complexidade.

Conhecimentos Fundamentais



Conhecimentos Específicos

GOVERNANÇA REGULATÓRIA	REGULAÇÃO TÉCNICA	REGULAÇÃO ECONÔMICA	REGULAÇÃO CONTRATUAL
GOVERNANÇA REGULATÓRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	MODELOS DE REGULAÇÃO ECONÔMICA	REGULAÇÃO HÍBRIDA (CONTRATOS + A AGÊNCIA)
ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA URBANA	BASE DE ATIVOS REGULATÓRIO (BAR)	ASPECTOS JURÍDICOS DOS CONTRATOS
OUVIDORIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA	CONTABILIDADE REGULATÓRIA	DESENHO E MODELAGEM CONTRATUAL
ÉTICA E CONTROLE SOCIAL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA	MODELOS TARIFÁRIOS, REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	GFESTÃO DE CONTRATOS
GOVERNANÇA CORPORATIVA	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	COBRANÇA E SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA URBANA	RENEGOCIAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS
RISCOS E COMPLIANCE	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA URBANA	COBRANÇA E SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA URBANA	MATRIZ DE RISCO
COMUNICAÇÃO PARA REGULADORES	FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA	COBRANÇA E SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DE LIMPEZA URBANA	PROJECT FINANCE
INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO	BENCHMARKING E INDICADORES DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO	COBRANÇA E SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA	MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO
MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	GESTÃO DA INFORMAÇÃO REGULATÓRIA	MODELOS DE SUBSIDIÇÃO	LICITAÇÃO PÚBLICA
LIDERANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICAS DE COMPETÊNCIAS	REGULAÇÃO SUNSHINE	ESTRUTURA E MODELAGEM FINANCEIRA	AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS
	REGULAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	MÉTODOS DE BENCHMARKING E AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE	
	REGULAÇÃO DE SANEAMENTO RURAL	CUSTOS DE CAPITAL	
	REGULAÇÃO DE SISTEMA FORA DA REDE		
	PLANEJAMENTO		

7. Estratégias de Implementação

O planejamento das capacitações que serão ofertadas pela ANA foi desenvolvido através da priorização das temáticas que, pela sua natureza, urgência e oportunidade, se identificam como mais relevantes. Foram planejadas para todos os anos ofertas formativas que capacitarão os cursistas nas temáticas relevantes às normas de referência para a regulação de serviços de saneamento que, segundo o novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026, de 15 de julho 2020), serão desenvolvidas pela ANA. Ademais, estão previstas para todos os anos ofertas formativas destacadas pelas próprias agências reguladoras infranacionais e pela própria ANA como as mais importantes e/ou mais procuradas.

Para a realização das formações serão necessários vários tipos de recursos. Primeiramente, será necessário o envolvimento da equipe de técnicos da ANA, que são os responsáveis pela criação e organização das diferentes soluções educacionais e sua disponibilização.

Para a criação e desenvolvimento das ações de capacitação, a ANA poderá optar por proceder de forma independente, na oferta destas oportunidades aos stakeholders, ou poderá recorrer a entidades com experiência nas várias temáticas identificadas (e a serem identificadas neste documento).

As ações de **capacitação presenciais** necessitarão, pelo menos, dos seguintes recursos:

- Palestrantes/professores;
- Material de apoio;
- Local da formação;
- Equipamento eletrônico (projektor, tela, microfone, extensões, tomadas e computadores, entre outros);
- Material de divulgação do curso;
- Orçamento.

O **ensino à distância (EAD)**, através de capacitação online, seja no formato remoto ou autoinstrucional, dependerá, pelo menos, dos seguintes recursos:

- Modelo de sistema de ensino (plataforma digital, aplicativo mobile e página responsiva, entre outros);
- Palestrantes/professores (quando aplicável);
- Conteúdos em formato digital;
- Equipamento eletrônico (microfone, extensões, tomadas e computador, entre outros);
- Material de divulgação do curso;
- Orçamento.

No caso de ações de **capacitação mistas**, ou seja, das que têm um componente presencial e um componente online, serão necessários todos os recursos referentes ao desenvolvimento e utilização da plataforma, mais os recursos necessários para viabilizar a componente presencial.

Salienta-se que diversos cursos, não obstante o conteúdo recomendado possa ser o mesmo, podem ser ministrados em perspectivas diferentes,

consoante o público-alvo e a natureza dos participantes, cuja oferta deverá depender da demanda existente. Por exemplo, a visão e utilização das temáticas das capacitações poderão não ser as mesmas se os participantes são oriundos das agências reguladoras infranacionais, dos titulares ou dos órgãos do controle público ainda que o objeto da capacitação possa ser o mesmo.

7.1 Eixos de Capacitação

As ações do Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento serão implementadas por meio de seis eixos de capacitação:

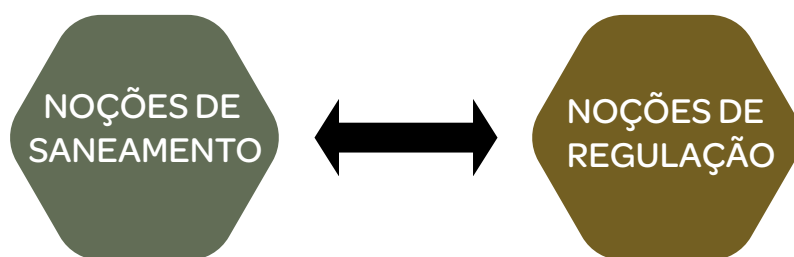
I. Conhecimentos Fundamentais (nível básico):

- 1) Noções de Regulação (NR);
- 2) Noções de Saneamento (NS);

II. Conhecimentos Específicos (nível técnico):

- 3) Governança Regulatória (GR);
- 4) Regulação Técnica (RT);
- 5) Regulação Econômica (RE);
- 6) Regulação Contratual (RC).

CONHECIMENTOS FUNDAMENTAIS



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



O primeiro conhecimento fundamental elencado é relativo às “Noções de Regulação”. Espera-se que o servidor ou ator da regulação, ao percorrer a trilha, possa compreender os fundamentos que promovem a instituição da regulação de serviços de saneamento básico, as principais questões jurídicas e institucionais da regulação, os diferentes modelos de regulação de serviços de saneamento básico, os princípios básicos sobre regulação técnica, regulação econômica e regulação contratual, e, ainda, as boas práticas de governança e da regulação.

O segundo conhecimento fundamental da trilha de aprendizagem elencado foi referente a “Noções de Saneamento”. Este módulo visa formar os atores da regulação por meio do desenvolvimento de competências que levem à aprendizagem sobre aspectos básicos dos serviços de saneamento nas suas diferentes dimensões, incluindo a sua caracterização, prestação e sustentabilidade, e os principais instrumentos de gestão dos recursos hídricos e sua interação com o setor do saneamento.

Em relação aos temas específicos, espera-se que os atores da regulação que percorrem a trilha de aprendizagem da “Governança Regulatória” compreendam a abrangência da governança regulatória, podendo aperfeiçoar os seus conhecimentos sobre temáticas de análise de impacto regulatório, ouvidoria, resolução de conflitos, ética e controle social, riscos e compliance¹, comunicação e liderança, entre outros.

O eixo de ação relativo à “Regulação Técnica” foi desenhado por forma a permitir que os funcionários ou os atores da regulação possam desenvolver as suas competências específicas que lhes possibilitarão atuar na definição de parâmetros gerais para a avaliação da qualidade de serviço e da prestação de serviços de saneamento, incluindo na fiscalização direta e indireta da execução dos contratos, dos planos e da prestação dos serviços de saneamento básico, envolvendo tantos os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário como dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana, e dos serviços de drenagem urbana.

Os conhecimentos específicos da “Regulação Econômica” visam preparar os profissionais e atores da regulação para ações voltadas à elaboração de estudos econômicos e financeiros relativos à viabilização dos prestadores de saneamento básico, à determinação de taxas e tarifas dos serviços de saneamento básico adotadas pelo prestador, aos modelos de subsidiação, à contabilidade regulatória, à base de ativos regulatória e ao custo de capital.

O eixo para a “Regulação Contratual” foi construído de forma a permitir o aprofundamento de conhecimento dos profissionais das agências reguladoras e outros atores da regulação em temáticas de relevo relacionadas com contratos, tais como a regulação híbrida, reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a gestão de contratos, licitação pública, matriz de risco, regulação híbrida, entre outros.

¹ Corresponde aos procedimentos e atitudes a fim de cumprir e se fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para as atividades de uma instituição ou empresa, bem como evitar, detetar e tratar quaisquer desvios ou inconformidades que possam ocorrer

7.2 Formato de Realização das Capacitações

As capacitações ofertadas pela ANA podem ser divididas em cursos presenciais, EAD remotos (Ensino à Distância de interação virtual em tempo real), online (EAD autoinstrucional) e mistos (com módulo online mais módulo presencial).

Devido às vantagens e eficácia das capacitações, em termos da adesão de participantes, **o formato EAD remoto** foi, e deve ser, privilegiado. Ainda assim, salienta-se a importância de possibilitar a interação entre os participantes por meio de tutoria, dinâmicas e estratégias metodológicas.

Considera-se que o formato **presencial** deve ocorrer sempre que, havendo conveniência, o conteúdo da capacitação seja eminentemente prático, onde seja fundamental resolver exercícios e apresentar e partilhar estudos de casos e também onde a interação e discussão presencial é mais eficaz na transmissão de conhecimentos.

O formato de **solução educacional misto** é uma solução intermediária, quando parte do conteúdo da mesma é teórica, não perdendo qualidade ao ser ministrado no formato virtual, mas que ainda assim deve ter uma componente presencial para discussão, partilha de estudos de caso e a realização de exercícios.

A **solução online, ou EAD autoinstrucional**, difere do formato EAD remoto, uma vez que os cursos serão disponibilizados e frequentados online pelos interessados sem a presença de um professor para conduzir o curso e lecionar o conteúdo. Este tipo de curso não tem limite de vagas, podendo ser frequentado pelos cursistas a qualquer momento durante o período de sua disponibilização. Este tipo de solução poderá ser com, ou sem, tutoria.

Em regime **online autoinstrucional com tutoria**, serão proporcionados aos cursistas oportunidades pontuais para esclarecer dúvidas, que possam surgir no decorrer dos seus estudos individuais, com um tutor online.

Desta forma, prevê-se, uma combinação destes tipos de soluções para cada ano, de forma a garantir que sejam oferecidas soluções ajustadas às necessidades de todos os tipos de agências reguladoras infranacionais (municipais, consorciadas e estaduais) e da ANA, e dos demais interessados na regulação de serviços de saneamento.

Por sua vez, destacam-se as **soluções especiais**, que serão oferecidas pontualmente e de forma intermitente, e que terão objetivos e públicos específicos. As soluções de uso livre poderão ser complementadas com as publicações e materiais que serão desenvolvidos para as capacitações de formato EAD ou presenciais.

Destaca-se também que no escopo das suas atribuições, de acordo com o parágrafo 10 do artigo 4 da Lei 14.026, de 15 de julho 2020, caberá à ANA ‘elaborar estudos técnicos para o desenvolvimento das melhores práticas regulatórias para os serviços públicos de saneamento básico, bem como guias e manuais para subsidiar o desenvolvimento das referidas práticas’. Assim, o desenvolvimento destes estudos, guias e manuais que constituem soluções de uso livre pode ser conjugado com a disponibilização de capacitações sobre esses temas que serão os mais pertinentes e prioritários. As soluções especiais, que podem e devem ser alavancadas pela ANA, podem ser organizadas em quatro grupos:

- Apoio e desenvolvimento conjuntamente com uma universidade ou outra entidade similar capacitada para tal, de uma oferta de um curso de pós-graduação/mestrado em regulação de serviços de saneamento básico;
- Realização periódica de um curso de especialização em regulação de serviços de saneamento a ocorrer no Brasil, contratando a ANA para o efeito, uma instituição internacional reputada na capacitação em regulação destes serviços e que possa partilhar boas práticas e inovações internacionais neste domínio;
- Organização de projetos de twinning², possibilitando que um conjunto limitado de servidores das agências reguladoras infranacionais possa visitar, partilhar e aprender in situ as práticas regulatórias desenvolvidas por outras agências reguladoras de outros países, supostamente com maior maturidade e com resultados exitosos;

- Realização de um encontro nacional promovido pela ANA sobre boas práticas da regulação de serviços de saneamento básico, para o qual são convidadas as agências reguladoras infranacionais que, nas diferentes áreas e componentes do saneamento, se destaquem pela excelência das suas práticas regulatórias.

Denota-se que estes tipos de soluções especiais estarão dependentes de um orçamento distinto do disponibilizado pela ANA para as soluções educacionais constantes no cronograma do plano.

Devido à periodicidade e o número limitado de vagas dos cursos previstos no cronograma, de seguida são indicados exemplos de organizações que disponibilizam, ou disponibilizaram no passado, soluções educacionais nas várias temáticas de capacitação. Os interessados poderão procurar alternativas às soluções educacionais ofertadas pela ANA, contudo, refere-se que enquanto os cursos ofertados pela ANA têm caráter gratuito, tal pode não se verificar nas ofertas externas à ANA.

Exemplos de cursos ofertados por outras instituições

CURSO	EIXO DE CAPACITAÇÃO	OFERTA EXISTENTE
Fundamentos de Teoria da Regulação	Noções de Regulação	UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento – Intensivo; UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento – novo Marco Regulatório
Aspectos Jurídicos e Institucionais da Regulação	Noções de Regulação	PURC - World Bank International Training Program on Utility Regulation and Strategy (Programa Internacional de Treinamento do Banco Mundial em Regulação e Estratégia de Infraestrutura); FGV - MBA Executivo em Economia e Gestão: Regulação; IBMEC - MBA em Regulação; UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento - Curso Intensivo
A Regulação no Brasil e no Mundo	Noções de Regulação	ABAR/FSR - Regulatory Delivery; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; SABESP - Regulação Tarifária para Saneamento
Modelos de Regulação de Serviços de Saneamento	Noções de Regulação	SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Princípios de Regulação Técnica	Noções de Regulação	UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento – Intensivo; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

² Acordo de cooperação entre dois ou mais atores onde, pelo menos, um dos atores é visitado pelo(s) restantes que observam in situ, as suas práticas operacionais e de gestão.

CURSO	EIXO DE CAPACITAÇÃO	OFERTA EXISTENTE
Princípios de Regulação Econômica	Noções de Regulação	UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento – Intensivo; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Princípios de Regulação Contratual	Noções de Regulação	Sabesp - Regulação Tarifária para Saneamento
Fundamentos de Governança e Boa Prática da Regulação	Noções de Regulação	ABAR - Boas Práticas Regulatórias – Modelo de Implementação; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Caracterização dos Serviços de Saneamento	Noções de Saneamento	UNIABES - Capacitação Técnica para a Regulação do Setor de Saneamento; FESPSP - MBA Saneamento Ambiental
Aspectos Técnicos	Noções de Saneamento	UNIABES - Operação de sistemas de abastecimento de água; UNIABES - Operação de sistemas de esgotos sanitários; UNIABES - Tratamento de Esgotos Domésticos
Aspectos Jurídico-Institucionais	Noções de Saneamento	UNIABES - Contratos de Performance e Desempenho
Aspectos Financeiros	Noções de Saneamento	UNIABES - Contratos de Performance e Desempenho
Aspectos Sociais	Noções de Saneamento	UNIABES - Contratos de Performance e Desempenho
Prestação dos Serviços de Saneamento	Noções de Saneamento	FESPSP - MBA Saneamento Ambiental
Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e o Setor do Saneamento	Noções de Saneamento	UNIABES - IWAMI – gestão eficiente de recursos hídricos na indústria
Sustentabilidade dos Serviços de Saneamento	Noções de Saneamento	CAF - A sustentabilidade dos serviços de água e saneamento; PROEESA - Supervisão da regulação dos serviços de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos: eficiência e sustentabilidade dos prestadores de serviço
Governança Regulatória	Governança Regulatória	SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Análise de Impacto Regulatório	Governança Regulatória	ABAR/FSR - Regulatory Delivery; ABAR - Boas Práticas Regulatórias – Modelo de Implementação; ABAR - Curso – Análise de Impacto Regulatório
Ouvidoria	Governança Regulatória	EV.G - Gestão em Ouvidoria; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Ética e Controle Social	Governança Regulatória	ABAR/FSR - Regulatory Delivery; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

CURSO	EIXO DE CAPACITAÇÃO	OFERTA EXISTENTE
Governança Corporativa, Riscos e Compliance	Governança Regulatória	BLB - Governança, Riscos e Compliance - EAD
Comunicação para Reguladores	Governança Regulatória	ABAR - Comunicação para Agências Reguladoras
Informação, Educação e Comunicação	Governança Regulatória	ABAR - Comunicação para Agências Reguladoras
Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos	Governança Regulatória	ENAP - Negociações Complexas e Gestão de Conflitos
Liderança e Gestão Estratégica e de Competências	Governança Regulatória	ENAP - Liderança como Essência da Gestão; ABAR - Curso – Gestão Estratégica
Prestação de Serviços de Água e Esgoto	Regulação Técnica	UNIABES - Operação de sistemas de abastecimento de água; UNIABES - Operação de sistemas de esgotos sanitários
Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Regulação Técnica	FESPSP - MBA Saneamento Ambiental
Prestação de Serviços de Drenagem	Regulação Técnica	FESPSP - MBA Saneamento Ambiental
Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto	Regulação Técnica	SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Regulação Técnica	CETESB - Licenciamento e Fiscalização de Aterros Sanitários no Âmbito das Agências Ambientais; UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento – novo Marco Regulatório
Fiscalização de Serviços de Drenagem	Regulação Técnica	UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento – novo Marco Regulatório
Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento	Regulação Técnica	UNIABES - Contabilidade Regulatória e Indicadores; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Gestão da Informação Regulatória	Regulação Técnica	ABAR - Metodologia Acertar para Auditores; ABAR - Metodologia Acertar: Melhores Práticas para Prestadores de Serviços
Regulação Sunshine	Regulação Técnica	ABAR - Indicadores de Desempenho para Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Regulação dos Recursos Hídricos	Regulação Técnica	UNIABES - Capacitação Técnica para a Regulação do Setor de Saneamento
Regulação de Saneamento Rural	Regulação Técnica	CAF - A sustentabilidade dos serviços de água e saneamento
Regulação de Sistemas Fora da Rede	Regulação Técnica	CAF - A sustentabilidade dos serviços de água e saneamento

CURSO	EIXO DE CAPACITAÇÃO	OFERTA EXISTENTE
Planejamento	Regulação Técnica	USP - Planejamento & Regulação & Benchmarking Aplicados ao Saneamento
Modelos de Regulação Econômica	Regulação Econômica	SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; PURC - World Bank International Training Program on Utility Regulation and Strategy (Programa Internacional de Treinamento do Banco Mundial em Regulação e Estratégia de Infraestrutura); UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento - Curso Intensivo
Bases de Ativos Regulatória (BAR)	Regulação Econômica	UNIABES - Base de Remuneração Regulatória
Contabilidade Regulatória	Regulação Econômica	UNIABES - Contabilidade Regulatória e Indicadores; ABAR - Contabilidade Regulatória
Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário	Regulação Econômica	UNIABES - Contabilidade Regulatória e Indicadores; UNIABES - Base de Remuneração Regulatória; SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento - Curso Intensivo
Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana	Regulação Econômica	FESPSP - MBA Saneamento Ambiental
Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Drenagem Urbana	Regulação Econômica	FESPSP - MBA Saneamento Ambiental
Modelos de Subsidição	Regulação Econômica	UNIABES - Contabilidade Regulatória e Indicadores
Estruturação e Modelagem Financeira	Regulação Econômica	FK Partners - Modelagem Financeira e Valuation; FGV Modelagem econômico-financeira de projetos
Métodos de Benchmarking e Avaliação de Eficiência e Produtividade	Regulação Econômica	UNIABES - Técnicas de Benchmarking e Yardstick Competition - BYC
Custo de Capital	Regulação Econômica	SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário; PURC - World Bank International Training Program on Utility Regulation and Strategy (Programa Internacional de Treinamento do Banco Mundial em Regulação e Estratégia de Infraestrutura); UNIABES - Regulação dos Serviços de Saneamento - Curso Intensivo
Regulação Híbrida (Contratos + Agência)	Regulação Contratual	FESPSP - Regulação Econômica e Parcerias Público-Privadas; FESPSP/LSE - MBA PPP e Concessões
Aspectos Jurídicos dos Contratos	Regulação Contratual	SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

CURSO	EIXO DE CAPACITAÇÃO	OFERTA EXISTENTE
Desenho e Modelagem Contratual	Regulação Contratual	PURC - World Bank International Training Program on Utility Regulation and Strategy (Programa Internacional de Treinamento do Banco Mundial em Regulação e Estratégia de Infraestrutura); FGV - MBA Executivo em Economia e Gestão: Regulação; IBMEC - MBA em Regulação; IBMEC - MBA em Regulação; Portal Educação - Como Elaborar Contratos
Gestão de Contratos	Regulação Contratual	ENAP - Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; ABCON/ SINDCON - Aspectos Contratuais das Concessões de Saneamento
Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos	Regulação Contratual	SNSA - Curso Nacional sobre Regulação e Fiscalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Project Finance	Regulação Contratual	Fineggi Capital - Project Finance para modalidades de PPPs e concessões em projetos de infraestrutura; IFB - A Banca e o Financiamento de Grandes Projectos
Métodos Alternativos de Solução de Conflitos	Regulação Contratual	ENAP/EV.G - Solução Pacífica de Conflitos no âmbito da Administração Pública; EAD - Curso Superior de Tecnologia em Mediação
Licitação Pública	Regulação Contratual	ENAP/EV.G - Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos
Avaliação de Propostas	Regulação Contratual	ICJP - Curso Breve sobre Análise e Avaliação de Propostas em Procedimentos de Contratação Pública
Matriz de Riscos	Regulação Contratual	IDEMP - Elaboração de Matrizes de Riscos - Qualitativas e Quantitativas

Apresenta-se, adicionalmente, no Anexo IV, exemplos de soluções de uso livre que poderão ser consultadas por todos os interessados, divididas em materiais gratuitos e materiais disponíveis para aquisição no mercado.

7.3 Cronograma de Implementação

O cronograma de implementação dos cursos ao longo dos **4 anos (2021 a 2024)** dependerá da disponibilidade de recursos. Num cenário de reduzida disponibilidade de recursos, serão priorizadas ações de formação especializadas nas Normas de Referência para o Saneamento para as Agências Reguladoras. Num segundo cenário com mais recursos disponíveis, não só serão priorizados os tipos de cursos mencionados no primeiro cenário, como serão priorizadas as ações de formação identificadas como essenciais pelas Agências Reguladoras e a própria ANA.

Num terceiro cenário, corresponde à situação ideal de disponibilidade de recursos para realizar as ações de formação durante o período de 2021 a 2024. Neste terceiro cenário há a previsão de

uma linha orçamentária da ANA, específica para o referido programa, no valor máximo anual de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Reafirma-se que este cenário é o recomendado e/ou desejado, que dependerá de outras variáveis que podem ocasionar alterações na execução, influenciando a implementação do plano.

Nesse seguimento, a previsão apresentada de seguida corresponde ao cenário recomendado e/ou desejado. Dessa forma, o detalhamento de cursos previstos no cronograma a seguir, foi elaborado com base nesse cenário. O conteúdo da figura a seguir e os quantitativos citados no texto mudam em função das alterações sugeridas nos quadros de oferta dos cursos.

Previsão de ofertas de capacitação



Prevê-se a oferta de 403 oportunidades de capacitação pela ANA nos quatro anos, das quais: 153 serão do tipo presencial, EAD remoto e misto; e 250 serão ofertadas em regime online autoinstrucional (com e sem tutoria).

Quantitativo de ofertas de capacitação previstas por eixo



Relativamente aos cursos do tipo presencial, EAD remoto e misto, das 153 oportunidades de capacitação, 26 serão associadas à governança regulatória, 42 serão referentes à regulação técnica, 36 serão relativas à regulação econômica, e 49 serão referentes à regulação contratual. Dos 250 cursos ofertados em regime online autoinstrucional, 24 serão referentes às noções de regulação, 24 dizem respeito às noções de saneamento, 42 serão associadas à governança regulatória, 60 serão referentes à regulação técnica, 50 serão relativas à regulação econômica, e 50 serão referentes à regulação contratual.

Das 403 oportunidades de capacitação, 350 ofertas de cursos serão desenvolvidos para as agências reguladoras infracionais e para a ANA, e 53 ofertas de cursos serão especificamente desenvolvidos para outras entidades interessadas na regulação.

De seguida apresenta-se o cronograma de implementação detalhando que cursos (do tipo presencial, EAD remoto e misto), desenhados especificamente tendo em conta as necessidades dos cursistas da ANA e das Agências Reguladoras Infracionais, os quais serão ofertados por semestre, durante a duração do primeiro ciclo do plano, isto é, entre 2021 e 2024.

Os quadros que compõem o cronograma apresentam:

- Eixos de capacitação (EC) – Governança Regulatória (GR), Regulação Técnica (RT), Regulação Econômica (RE), Regulação Contratual (RC);
- Tipos de capacitação (TC) – presenciais (P), EAD remoto (E), mistos (M);
- Curso – correspondendo às ações de capacitação que se preveem ocorrer em cada semestre de cada ano.

Previsão de capacitações por ano para as Agências Reguladoras

2021

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RE	E	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RT	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	E	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana

2022

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	M	Análise de impacto regulatório
GR	E	Governança Regulatória
RC	M	Regulação híbrida (contratos+agência)
RC	M	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	P	Desenho e Modelagem Contratual
RC	P	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RE	M	Modelos de regulação econômica
RE	M	Contabilidade Regulatória
RE	M	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	P	Estruturação e Modelagem Financeira
RT	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	M	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	E	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	E	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	P	Desenho e Modelagem Contratual
RC	P	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	M	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	M	Matriz de Risco
RE	M	Contabilidade Regulatória
RE	M	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	P	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	M	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	E	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana

2023

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	M	Análise de impacto regulatório
GR	E	Governança Regulatória
RC	M	Regulação híbrida (contratos+agência)
RC	P	Desenho e Modelagem Contratual
RC	P	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RE	M	Modelos de regulação econômica
RE	M	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	P	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	M	Bases de Ativos Regulatória (BAR)
RT	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	M	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	E	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	E	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
GR	E	Informação, Educação e Comunicação
GR	E	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	M	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	M	Matriz de Risco
RE	M	Contabilidade Regulatória
RE	P	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	E	Regulação de Saneamento Rural
RT	E	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana
RT	E	Regulação dos Recursos Hídricos
RT	M	Regulação Sunshine

2024

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	M	Análise de impacto regulatório
GR	E	Governança Regulatória
RC	M	Regulação híbrida (contratos+agência)
RC	M	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	P	Desenho e Modelagem Contratual
RC	P	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	M	Project Finance
RC	E	Licitação Pública
RC	M	Avaliação de Propostas

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RC	M	Matriz de Risco
RC	P	Gestão de Contratos
RC	E	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RE	M	Contabilidade Regulatória
RE	P	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Drenagem Urbana
RE	P	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza

2024

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RE	M	Modelos de regulação econômica
RE	M	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	P	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	M	Bases de Ativos Regulatória (BAR)
RE	M	Métodos de Benchmarking e Avaliação de Eficiência e Produtividade
RE	M	Custo de Capital
RE	M	Modelos de Subsidição
RT	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	M	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	E	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	E	Fiscalização de Serviços de Drenagem Urbana

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RT	E	Planejamento
RT	E	Regulação de Sistemas Fora da Rede
RT	E	Prestação de Serviços de Drenagem Urbana
RT	E	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana
RT	E	Regulação dos Recursos Hídricos
RT	M	Gestão da Informação Regulatória

Devido à sua elevada relevância para a regulação, os seguintes quatro cursos foram projetados para ocorrer frequentemente:

- Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos;
- Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário;
- Desenho e Modelagem Contratual;

- Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento.

Como estes cursos são do tipo presencial, prevê-se que estes sejam lecionados em várias regiões diferentes do Brasil, por forma a permitir que um maior número de agências reguladoras tenha a oportunidade de capacitar os seus servidores.

2022		2023		2024	
1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	2º semestre
REGIÃO SUDESTE	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO SUL	N/A	REGIÃO NORTE	N/A

De seguida apresenta-se o cronograma de implementação detalhando cursos a serem ofertados por semestre, que serão dimensionados propositadamente para os cursistas de outras entidades (Titulares, Prestadores de Saneamento, Órgãos Colegiados de Controle Social, Órgãos de Controle Público), durante a duração do primeiro ciclo do plano, isto é, entre 2021 e 2024.

Previsão de capacitações por ano para outras entidades

2021

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	E	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
GR	E	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
GR	E	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	E	Desenho e Modelagem Contratual
RE	E	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	E	Estruturação e Modelagem Financeira
RT	E	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

2022

1º SEMESTRE			2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO	EC	TC	CURSO
RC	M	Regulação híbrida (contratos + agência)	GR	E	Ética e Controle Social
RC	M	Aspectos Jurídicos dos Contratos	GR	E	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
RC	P	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos	RC	P	Desenho e Modelagem Contratual
RC	M	Avaliação de Propostas	RC	P	Gestão de Contratos
RE	P	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana	RC	E	Licitação Pública
RT	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto	RC	M	Matriz de Risco
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto	RE	M	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RT	M	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento	RE	P	Estruturação e Modelagem Financeira

2023

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RC	M	Regulação híbrida (contratos +agência)
RC	M	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	P	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	M	Project Finance
RT	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	E	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
GR	E	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
GR	E	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	P	Desenho e Modelagem Contratual
RE	M	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	P	Estruturação e Modelagem Financeira
RT	E	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

2024

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RC	M	Regulação híbrida (contratos +agência)
RC	M	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	P	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	M	Avaliação de Propostas
RE	P	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	E	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	E	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	M	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	E	Ética e Controle Social
GR	E	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
RC	P	Desenho e Modelagem Contratual
RC	P	Gestão de Contratos
RC	E	Licitação Pública
RC	M	Matriz de Risco
RE	M	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	P	Estruturação e Modelagem Financeira

Devido à relevância de suas temáticas, sugere-se que os profissionais dos órgãos de controle procurem se capacitar através das seguintes formações: Ética e Controle Social; Aspectos Jurídicos dos Contratos; Desenho e Modelagem Contratual; Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos;

Licitação Pública; Avaliação de Propostas; Matriz de Risco.

Tanto os titulares como os prestadores de serviços de saneamento beneficiariam em se capacitar nas seguintes formações: Liderança e Gestão Estratégica

e de Competências; Prestação de Serviços de Água e Esgoto; Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana; Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento; Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário; Estruturação e Modelagem Financeira; Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana; Project Finance.

Os prestadores também beneficiariam de se capacitar em Governança Corporativa, Riscos e Compliance. E os titulares em: Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto; Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana; Aspectos Jurídicos dos Contratos; Desenho e Modelagem Contratual; Gestão de Contratos; Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos; Licitação Pública; Avaliação de Propostas; Matriz de Risco. Todas estas entidades deveriam procurar se capacitar em: Regulação híbrida (contratos + agência); Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos.

De seguida, apresenta-se o cronograma de implementação detalhando que cursos do tipo online (**EAD autoinstrucional**), que serão ofertados por semestre, durante a duração do primeiro ciclo do plano, isto é, entre 2021 e 2024.

Os quadros que compõem o cronograma apresentam:

- Eixos de capacitação (EC) – Noções de Regulação (NR), Noções de Saneamento (NS), Governança Regulatória (GR), Regulação Técnica (RT), Regulação Econômica (RE), Regulação Contratual (RC);
- Tipos de capacitação (TC) – com tutoria (C), sem tutoria (S);
- Curso – correspondendo às ações de capacitação que se preveem ocorrer em cada semestre de cada ano.

Previsão de cursos autoinstrucionais por ano

2021

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
NR	S	Aspectos Jurídicos e Institucionais da Regulação
NR	S	Fundamentos de teoria da regulação
NR	S	Princípios de regulação técnica
NR	S	Princípios de Regulação Contratual
NR	S	Princípios de Regulação Econômica
NR	S	A Regulação no Brasil e no Mundo
NR	S	Fundamentos de Governança e Boa Prática da Regulação
NR	S	Modelos de Regulação de Serviços de Saneamento

2022

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	S	Governança Regulatória
GR	C	Análise de impacto regulatório
GR	S	Ouvidoria
GR	S	Ética e Controle Social
GR	S	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
GR	C	Comunicação para Reguladores
GR	S	Informação, Educação e Comunicação
GR	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
GR	S	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
NS	S	Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e o Setor do Saneamento
NS	S	Aspectos técnicos
NS	S	Sustentabilidade dos Serviços de Saneamento
NS	S	Caracterização dos Serviços de Saneamento
NS	S	Aspectos Jurídico- Institucionais
NS	S	Aspectos Sociais
NS	S	Prestação dos Serviços de Saneamento
NS	S	Aspectos financeiros
RC	C	Regulação híbrida (contratos +agência)
RC	C	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	C	Desenho e Modelagem Contratual
RC	C	Gestão de Contratos
RC	C	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	C	Project Finance
RC	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	S	Licitação Pública
RC	C	Avaliação de Propostas

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	S	Governança Regulatória
GR	C	Análise de impacto regulatório
GR	S	Ouvidoria
GR	S	Ética e Controle Social
GR	S	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
GR	C	Comunicação para Reguladores
GR	S	Informação, Educação e Comunicação
GR	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
GR	S	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
RC	C	Regulação híbrida (contratos +agência)
RC	C	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	C	Desenho e Modelagem Contratual
RC	C	Gestão de Contratos
RC	C	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	C	Project Finance
RC	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	S	Licitação Pública
RC	C	Avaliação de Propostas
RC	C	Matriz de Risco
RE	C	Modelos de regulação econômica
RE	C	Bases de Ativos Regulatória (BAR)
RE	C	Contabilidade Regulatória
RE	C	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Drenagem Urbana
RE	C	Modelos de Subsidição

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RC	C	Matriz de Risco
RE	C	Modelos de regulação econômica
RE	C	Bases de Ativos Regulatória (BAR)
RE	C	Contabilidade Regulatória
RE	C	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Drenagem Urbana
RE	C	Modelos de Subsidição
RE	C	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	C	Métodos de Benchmarking e Avaliação de Eficiência e Produtividade
RE	C	Custo de Capital
RT	S	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	S	Prestação de Serviços de Drenagem Urbana
RT	S	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana
RT	S	Fiscalização de Serviços de Drenagem Urbana
RT	C	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	C	Gestão da Informação Regulatória
RT	C	Regulação Sunshine
RT	S	Regulação dos Recursos Hídricos
RT	S	Regulação de Saneamento Rural
RT	S	Regulação de Sistemas Fora da Rede
RT	S	Planejamento

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RE	C	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	C	Métodos de Benchmarking e Avaliação de Eficiência e Produtividade
RE	C	Custo de Capital
RT	S	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	S	Prestação de Serviços de Drenagem Urbana
RT	S	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana
RT	S	Fiscalização de Serviços de Drenagem Urbana
RT	C	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	C	Gestão da Informação Regulatória
RT	C	Regulação Sunshine
RT	S	Regulação dos Recursos Hídricos
RT	S	Regulação de Saneamento Rural
RT	S	Regulação de Sistemas Fora da Rede
RT	S	Planejamento

2023

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	S	Governança Regulatória
GR	C	Análise de impacto regulatório
GR	S	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
GR	S	Informação, Educação e Comunicação
GR	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
GR	S	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
NR	S	Aspectos Jurídicos e Institucionais da Regulação
NR	S	Fundamentos de teoria da regulação
NR	S	Princípios de regulação técnica
NR	S	Princípios de Regulação Contratual
NR	S	Princípios de Regulação Econômica
NR	S	A Regulação no Brasil e no Mundo
NR	S	Fundamentos de Governança e Boa Prática da Regulação
NR	S	Modelos de Regulação de Serviços de Saneamento
RC	C	Regulação híbrida (contratos + agência)
RC	C	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	C	Project Finance
RC	C	Licitação Pública
RC	C	Matriz de Risco
RC	S	Modelos de regulação econômica
RC	C	Bases de Ativos Regulatória (BAR)
RE	C	Contabilidade Regulatória
RE	C	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RE	C	Modelos de Subsidição

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	S	Governança Regulatória
GR	C	Análise de impacto regulatório
GR	S	Ouvidoria
GR	S	Ética e Controle Social
GR	C	Comunicação para Reguladores
GR	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
NS	S	Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e o Setor do Saneamento
NS	S	Aspectos técnicos
NS	S	Sustentabilidade dos Serviços de Saneamento
NS	S	Caracterização dos Serviços de Saneamento
NS	S	Aspectos Jurídico- Institucionais
NS	S	Aspectos Sociais
NS	S	Prestação dos Serviços de Saneamento
NS	S	Aspectos financeiros
RC	C	Regulação híbrida (contratos + agência)
RC	C	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	C	Desenho e Modelagem Contratual
RC	C	Gestão de Contratos
RC	S	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	C	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	C	Avaliação de Propostas
RE	C	Matriz de Risco
RE	C	Modelos de regulação econômica
RE	C	Contabilidade Regulatória
RE	C	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RE	C	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	C	Custo de Capital
RT	S	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	S	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana
RT	C	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	C	Gestão da Informação Regulatória
RT	S	Regulação dos Recursos Hídricos
RT	S	Regulação de Sistemas Fora da Rede

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Drenagem Urbana
RE	C	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	C	Métodos de Benchmarking e Avaliação de Eficiência e Produtividade
RT	S	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	S	Prestação de Serviços de Drenagem Urbana
RT	S	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Fiscalização de Serviços de Drenagem Urbana
RT	C	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	C	Regulação Sunshine
RT	S	Regulação de Saneamento Rural
RT	S	Planejamento

2024

1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	S	Governança Regulatória
GR	C	Análise de impacto regulatório
GR	S	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
GR	S	Informação, Educação e Comunicação
GR	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
GR	S	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
NR	S	Aspectos Jurídicos e Institucionais da Regulação
NR	S	Fundamentos de teoria da regulação
NR	S	Princípios de regulação técnica
NR	S	Princípios de Regulação Contratual
NR	S	Princípios de Regulação Econômica

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
GR	S	Governança Regulatória
GR	C	Análise de impacto regulatório
GR	S	Ouvidoria
GR	S	Ética e Controle Social
GR	C	Comunicação para Reguladores
GR	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
NS	S	Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e o Setor do Saneamento
NS	S	Aspectos técnicos
NS	S	Sustentabilidade dos Serviços de Saneamento
NS	S	Caracterização dos Serviços de Saneamento
NS	S	Aspectos Jurídico-Institucionais



1º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
NR	S	A Regulação no Brasil e no Mundo
NR	S	Fundamentos de Governança e Boa Prática da Regulação
NR	S	Modelos de Regulação de Serviços de Saneamento
RC	C	Regulação híbrida (contratos +agência)
RC	C	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	C	Desenho e Modelagem Contratual
RC	C	Renegociação e Reequilíbrio Econômico Financeiro dos Contratos
RC	C	Project Finance
RC	S	Licitação Pública
RC	C	Matriz de Risco
RE	C	Modelos de regulação econômica
RE	C	Bases de Ativos Regulatória (BAR)
RE	C	Contabilidade Regulatória
RE	C	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RE	C	Modelos de Subsidição
RE	C	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	C	Custo de Capital
RT	S	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	S	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana
RT	C	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	C	Gestão da Informação Regulatória
RT	S	Regulação dos Recursos Hídricos
RT	S	Regulação de Sistemas Fora da Rede

2º SEMESTRE		
EC	TC	CURSO
NS	S	Aspectos Sociais
NS	S	Prestação dos Serviços de Saneamento
NS	S	Aspectos financeiros
RC	C	Regulação híbrida (contratos+agência)
RC	C	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC	C	Desenho e Modelagem Contratual
RC	C	Gestão de Contratos
RC	C	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC	S	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC	C	Avaliação de Propostas
RC	C	Matriz de Risco
RE	C	Modelos de regulação econômica
RE	C	Contabilidade Regulatória
RE	C	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RE	C	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Drenagem Urbana
RE	C	Estruturação e Modelagem Financeira
RE	C	Métodos de Benchmarking e Avaliação de Eficiência e Produtividade
RT	S	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT	S	Prestação de Serviços de Drenagem Urbana
RT	S	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT	S	Fiscalização de Serviços de Drenagem Urbana
RT	C	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT	C	Regulação Sunshine
RT	S	Regulação de Saneamento Rural
RT	S	Planejamento

7.4 Monitoramento e Avaliação do Plano

Serão realizadas avaliações de reação e de impacto, desenvolvidas de forma a aferir o nível de satisfação das expectativas dos cursistas e a aplicabilidade prevista dos conhecimentos adquiridos. A aplicação de uma avaliação pré-capacitação ajudará a aferir as expectativas do cursista e, a avaliação pós-capacitação, será desenhada a fim de verificar como a formação afetou o desempenho ou mesmo atitude pessoal face às funções desempenhadas pelos cursistas, assim como os eventuais impactos nas equipes/agências em que se encontram integrados.

As regras de frequência e critério de participação nos cursos, entre outras inerentes à gestão das ações de capacitação, a ser aplicadas, serão as atualmente adotadas pela ANA.

O monitoramento e a avaliação das ações de capacitação serão feitos por meio das avaliações realizadas pelos cursistas dos cursos, que servirão para subsidiar as decisões relativas às capacitações, no sentido de aperfeiçoar o que precisar ser modificado.

8. Catálogo Formativo de Cursos

O catálogo formativo apresenta a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino e materiais educativos com conteúdo fundamental sobre o tema de regulação no saneamento básico, estruturados na trilha formativa.

Entende-se que cada servidor ou gestor tome conhecimento da sua representação floresta-árvore, consoante as necessidades do seu papel dentro da agência reguladora infranacional ou em outro ator da regulação de serviços de saneamento, e através

da identificação das suas lacunas de competência – por meio do mapeamento da Ementa da Trilha de Aprendizagem. O detalhamento da Ementa dos cursos da Trilha de Aprendizagem consta no Anexo III.

Segue abaixo o catálogo completo previsto para o primeiro ciclo do Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento (2021-2024).

Catálogo Formativo de Cursos

CÓDI- GO	CURSO	EIXO DE CAPACITAÇÃO	TIPO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA
NR.1	Fundamentos de Teoria da Regulação	Noções de Regulação	EAD	16
NR.2	Aspectos Jurídicos e Institucionais da Regulação	Noções de Regulação	EAD	12
NR.3	A Regulação no Brasil e no Mundo	Noções de Regulação	EAD	24
NR.4	Modelos de Regulação de Serviços de Saneamento	Noções de Regulação	EAD	24
NR.5	Princípios de Regulação Técnica	Noções de Regulação	EAD	24
NR.6	Princípios de Regulação Econômica	Noções de Regulação	EAD	24
NR.7	Princípios de Regulação Contratual	Noções de Regulação	EAD	24
NR.8	Fundamentos de Governança e Boa Prática da Regulação	Noções de Regulação	EAD	32
NS.1	Caracterização dos Serviços de Saneamento	Noções de Saneamento	EAD	24
NS.2	Aspectos Técnicos	Noções de Saneamento	EAD	24
NS.3	Aspectos Jurídico-Institucionais	Noções de Saneamento	EAD	24
NS.4	Aspectos Financeiros	Noções de Saneamento	EAD	24
NS.5	Aspectos Sociais	Noções de Saneamento	EAD	16
NS.6	Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e o Setor do Saneamento	Noções de Saneamento	EAD	24
NS.7	Prestação dos Serviços de Saneamento	Noções de Saneamento	EAD	24
NS.8	Sustentabilidade dos Serviços de Saneamento	Noções de Saneamento	EAD	16
GR.1	Governança Regulatória	Governança Regulatória	EAD	16
GR.2	Análise de Impacto Regulatório	Governança Regulatória	EAD + Presen- cial	8+8
GR.3	Ouvidoria	Governança Regulatória	EAD	16
GR.4	Ética e Controle Social	Governança Regulatória	EAD	24
GR.5	Governança Corporativa, Riscos e Compliance	Governança Regulatória	EAD	16
GR.6	Comunicação para Reguladores	Governança Regulatória	EAD + Presen- cial	8 + 8
GR.7	Informação, Educação e Comunicação	Governança Regulatória	EAD	16
GR.8	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos	Governança Regulatória	EAD	16
GR.9	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências	Governança Regulatória	EAD	16
RT.1	Prestação de Serviços de Água e Esgoto	Regulação Técnica	EAD	24
RT.2	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Regulação Técnica	EAD	24
RT.3	Prestação de Serviços de Drenagem	Regulação Técnica	EAD	16
RT.4	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto	Regulação Técnica	EAD	24
RT.5	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Regulação Técnica	EAD	24
RT.6	Fiscalização de Serviços de Drenagem	Regulação Técnica	EAD	16

CÓDIGO	CURSO	EIXO DE CAPACITAÇÃO	TIPO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA
RT.7	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento	Regulação Técnica	EAD + Presencial	8 + 8
RT.8	Gestão da Informação Regulatória	Regulação Técnica	EAD + Presencial	8 + 8
RT.9	Regulação Sunshine	Regulação Técnica	EAD + Presencial	8 + 8
RT.10	Regulação dos Recursos Hídricos	Regulação Técnica	EAD	24
RT.11	Regulação de Saneamento Rural	Regulação Técnica	EAD	16
RT.12	Regulação de Sistemas Fora da Rede	Regulação Técnica	EAD	16
RT.13	Planejamento	Regulação Técnica	EAD	16
RE.1	Modelos de Regulação Econômica	Regulação Econômica	EAD + Presencial	16 + 16
RE.2	Bases de Ativos Regulatória (BAR)	Regulação Econômica	EAD + Presencial	16 + 8
RE.3	Contabilidade Regulatória	Regulação Econômica	EAD + Presencial	16 + 16
RE.4	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário	Regulação Econômica	EAD + Presencial	16 + 16
RE.5	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana	Regulação Econômica	Presencial	24
RE.6	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Drenagem Urbana	Regulação Econômica	Presencial	24
RE.7	Modelos de Subsídio	Regulação Econômica	EAD + Presencial	8 + 8
RE.8	Estruturação e Modelagem Financeira	Regulação Econômica	EAD + Presencial	16 + 16
RE.9	Métodos de Benchmarking e Avaliação de Eficiência e Produtividade	Regulação Econômica	EAD + Presencial	12 + 12
RE.10	Custo de Capital	Regulação Econômica	EAD + Presencial	8 + 8
RC.1	Regulação Híbrida (Contratos + Agência)	Regulação Contratual	EAD + Presencial	8 + 8
RC.2	Aspectos Jurídicos dos Contratos	Regulação Contratual	EAD + Presencial	12+4
RC.3	Desenho e Modelagem Contratual	Regulação Contratual	Presencial	16
RC.4	Gestão de Contratos	Regulação Contratual	Presencial	16
RC.5	Renegociação e Reequilíbrio Econômico- Financeiro dos Contratos	Regulação Contratual	EAD + Presencial	12+12
RC.6	Matriz de Riscos	Regulação Contratual	EAD + Presencial	12+8
RC.7	Project Finance	Regulação Contratual	EAD	16
RC.8	Métodos Alternativos de Solução de Conflitos	Regulação Contratual	EAD	24
RC.9	Licitação Pública	Regulação Contratual	EAD	24
RC.10	Avaliação de Propostas	Regulação Contratual	EAD + Presencial	8 + 8

9. Acompanhamento e Revisão do Plano

Este Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento abrange o período de 2021 a 2024, dever-se-á proceder à sua avaliação no início do 4º trimestre de cada ano, por forma a permitir o ajustamento ou reprogramação do Plano para o ano de vigência seguinte, tendo também em consideração a execução da agenda regulatória.

Esta avaliação será realizada com base em indicadores, e tendo em conta as metas e objetivos prévios do plano, e comunicada através de um relatório público, que será disponibilizado e publicado pela ANA.

O monitoramento inclui a coleta, com periodicidade anual, de informações para construir série histórica das ações de capacitação, com vistas a corrigir eventuais falhas, rever o percurso e aprimorar as ações.

Será necessário aplicar um indicador que compare o número de cursistas previstos e número de cursistas reais, sendo que se pretende que os cursos tenham uma média global de aderência entre 85 a 100%. Desta forma, pretende-se que os cursos preencham a totalidade do seu número de vagas, contudo menciona-se que a adesão varia em função da modalidade dos cursos e que os cursos EAD, tendencialmente, apresentam mais evasão que os presenciais.

Serão também adotados vários indicadores, tais como: número de cursos ofertados por ano, por eixo de capacitação (noções de regulação, noções de saneamento, governança regulatória, regulação

técnica, regulação econômica, regulação contratual); número de vagas ofertadas por eixo de capacitação, por ano; número de matriculados por curso, por ano; número de cursistas certificados por curso, por ano; número de matriculados por curso, por perfil de público, por ano; número de concluintes certificados por curso, por perfil de público, por ano.

Estes indicadores permitirão verificar se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas, como também permitem a construção de série histórica das ações de capacitação, para a qual será feita a coleta anual de informações, com vistas a corrigir eventuais falhas, rever o percurso e aprimorar a implementação do plano.

Ademais, aconselha-se que no mínimo 75% das agências reguladoras infranacionais frequentem, pelo menos, um curso de capacitação dentre os cursos previstos por ano, a partir de 2022. Assim, serão adotados indicadores que indiquem o número de cursos frequentados por servidores de cada agência, por cada eixo de capacitação.

Tal como mencionado previamente, será necessário garantir que se prioriza a capacitação dos servidores das agências reguladoras. Desta forma, dever-se-á verificar anualmente o número de cursistas totais por cada tipo de origem (nomeadamente ANA; agências reguladoras infranacionais; titulares; prestadores de serviço; e órgãos de controle), com o objetivo de verificar se o número de cursistas das agências reguladoras é sempre superior à soma dos cursistas das demais entidades.

Anexo I

Quadro Estrutura Organizacional das instâncias e atores da regulação de serviços de saneamento

Instância	Responsável	Estrutura Organizacional	
Nacional	Agência Nacional de Águas (ANA)	Líder estratégico: Diretoria Colegiada (ANA-1)	
		Líderes táticos: Superintendente (ANA-2)	
		Superintendente Adjunto (ANA-3)	
		Líderes operacionais: Coordenador de normas de referência (ANA-4)	
		Coordenador de capacitação da Regulação (ANA-5)	
		Técnicos: Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico (ANA-6)	
		Líder estratégico: Conselho Diretor / Diretor Geral / Diretor Presidente (AR-1)	
		Líderes táticos: Diretor Administrativo (AR-2) Diretor Regulação Técnica (AR-3) Diretor Regulação Econômica (AR-4) Diretor Regulação Contratual (AR-5)	
Estadual, Municipal e Intermunicipal	Agências Reguladoras	Líderes operacionais: Coordenador Administrativo (AR-6) Coordenador Regulação Técnica (AR-7) Coordenador Regulação Econômica (AR-8) Coordenador Regulação Contratual (AR-9)	
		Técnicos: Administrativo (AR-10) Procuradoria (AR-11) Ouvidoria (AR-12) Analista de Regulação Técnica (AR-13) Fiscalização (AR-14) Analista de Regulação Econômica (AR-15)	
		Titulares	
		Analista de Regulação Contratual (AR-16) Prefeito, Vereador, Entidade de Governança Interfederativa, e Classe Política (ET-1) Técnicos (ET-2)	
		Prestadores de Saneamento	Líder estratégico: Diretor / Presidente / Superintendente (PSS-1)
			Colaborador Responsável - Regulação Técnica: Responsável pelo acompanhamento da agência reguladora (PSS-2)
			Colaborador Responsável - Regulação Econômica: Responsável pelo acompanhamento da agência reguladora (PSS-3)
			Colaborador Responsável - Regulação Contratual: Responsável pelo acompanhamento da agência reguladora (PSS-4)
			Órgãos colegiados de Controle Social
		Órgãos de Controle	Representantes dos titulares dos serviços (OC-1) Representantes de órgãos governamentais relativos ao setor de saneamento básico (OC-2) Representantes dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico (OC-3) Representantes dos usuários de serviços de saneamento básico (OC-4) Representantes de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico (OC-5)
			Ministério Público (OP-1) Tribunal de Contas (OP-2) Tribunal de Justiça (OP-3) Assembleia Legislativa (OP-4)

Anexo II

Matriz de Competências

Governança Regulatória

instancia	responsavel	Conhecimentos Específicos									
		Estrutura Organizacional	Governança Regulatória								
			GR.1	GR.2	GR.3	GR.4	GR.5	GR.6	GR.7	GR.8	GR.9
Nacional	Agência Nacional de Águas (ANA)	ANA-1	X								X
		ANA-2	X	X	X		X	X	X	X	X
		ANA-3	X	X	X		X	X	X	X	X
		ANA-4		X	X		X	X	X	X	X
		ANA-5	X					X	X		
		ANA-6	X	X	X	X	X	X	X	X	
Estadual, Municipal e Intermunicipal	Agências Reguladoras	AR-1	X				X	X			X
		AR-2	X	X			X	X		X	
		AR-3	X	X		X	X	X	X	X	
		AR-4	X	X		X	X	X	X	X	
		AR-5	X	X		X	X	X	X	X	
		AR-6	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AR-7	X	X			X	X	X	X	X
		AR-8	X	X			X	X	X	X	X
		AR-9	X	X			X	X	X	X	X
		AR-10	X		X	X	X				
		AR-11	X		X	X	X	X	X	X	
		AR-12	X		X	X	X	X	X	X	
		AR-13	X				X	X	X	X	
		AR-14	X				X	X	X	X	
		AR-15	X				X	X	X	X	
		AR-16	X				X	X	X	X	
	Titulares	ET-1	X		X	X					
		ET-2	X		X	X					
	Prestadores de Saneamento	PSS-1	X				X			X	
		PSS-2	X				X			X	
		PSS-3	X				X			X	
		PSS-4	X				X			X	
	Órgãos colegiados de Controle Social	OC-1	X			X			X		
		OC-2	X			X			X		
		OC-3	X			X			X		
		OC-4	X			X			X		
		OC-5	X			X			X		
	Órgãos de Controle Público	OP-1	X				X			X	
		OP-2	X				X			X	
		OP-3	X				X			X	
OP-4		X				X			X		

Regulação Econômica

Instância	Responsável	Estrutura Organizacional	Conhecimentos Específicos										
			Regulação Econômica										
			RE.1	RE.2	RE.3	RE.4	RE.5	RE.6	RE.7	RE.8	RE.9	RE.10	
Nacional	Agência Nacional de Águas (ANA)	ANA-1											
		ANA-2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		ANA-3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		ANA-4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		ANA-5											
		ANA-6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estadual, Municipal e Intermunicipal	Agências Reguladoras	AR-1	X			X							
		AR-2											
		AR-3	X			X							
		AR-4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AR-5	X			X	X	X	X	X	X		
		AR-6											
		AR-7											
		AR-8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AR-9	X			X	X	X					
		AR-10											
		AR-11											
		AR-12											
		AR-13											
		AR-14											
		AR-15	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AR-16	X			X	X	X					
	Titulares	ET-1				X							
		ET-2	X			X	X	X	X				
	Prestadores de Saneamento	PSS-1											
		PSS-2	X	X	X	X	X	X			X	X	X
		PSS-3											
		PSS-4	X			X	X	X					
	Órgãos colegiados de Controle Social	OC-1				X	X	X					
		OC-2				X	X	X					
OC-3					X	X	X						
OC-4					X	X	X						
OC-5					X	X	X						
Órgãos de Controle Público	OP-1	X			X	X	X			X			
	OP-2	X			X	X	X			X			
	OP-3	X			X	X	X			X			
	OP-4	X			X	X	X			X			

Regulação Contratual

Conhecimentos Específicos												
Instância	Responsável	Estrutura Organizacional	Regulação Contratual									
			RC.1	RC.2	RC.3	RC.4	RC.5	RC.6	RC.7	RC.8	RC.9	RC.10
Nacional	Agência Nacional de Águas (ANA)	ANA-1										
		ANA-2	X									
		ANA-3	X									
		ANA-4	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		ANA-5										
		ANA-6	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estadual, Municipal e Intermunicipal	Agências Reguladoras	AR-1	X									
		AR-2										
		AR-3	X				X				X	
		AR-4	X		X		X	X	X		X	
		AR-5	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AR-6										
		AR-7	X				X				X	
		AR-8	X		X		X	X	X		X	
		AR-9	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AR-10										
		AR-11										
		AR-12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		AR-13	X			X						
		AR-14				X						
		AR-15	X		X	X	X	X			X	X
		AR-16	X	X	X	X	X	X		X	X	X
	Titulares	ET-1	X								X	
		ET-2	X			X					X	
	Prestadores de Saneamento	PSS-1										
		PSS-2	X			X	X	X				
		PSS-3	X			X	X	X				
		PSS-4	X	X	X	X	X	X		X		
	Órgãos colegiados de Controle Social	OC-1	X									
		OC-2	X									
		OC-3	X									
		OC-4	X									
		OC-5	X									
	Órgãos de Controle Público	OP-1		X			X	X		X	X	X
OP-2			X			X	X		X	X	X	
OP-3			X			X	X		X	X	X	
OP-4			X			X	X		X	X	X	

Anexo III

Ementa dos cursos da Trilha de Aprendizagem

A proposta de conteúdos dos cursos que constituem o catálogo a seguir foi estruturada a partir de levantamento realizado junto a representantes das agências de regulação e outras instituições parceiras, com vistas a contribuir com a implementação do novo marco regulatório para o saneamento.

A ANA, no âmbito das suas atribuições, irá promover ações de capacitações, de acordo com o cronograma de implementação deste plano. Destaca-se que os conteúdos dos cursos serão desenvolvidos de acordo com o perfil de cada público.

Saliente-se que diversos cursos, não obstante o conteúdo recomendado possa ser o mesmo, podem ser ministrados em perspectivas diferentes, consoante o destinatário e a natureza dos participantes, cuja oferta dependerá da demanda existente.

Por último, destaca-se também que todas as capacitações, mesmo aquelas de natureza mais teórica, terão na sua ementa estudos de caso e boas práticas aplicáveis e em curso, no Brasil ou noutros países. As temáticas a capacitar deverão ter sempre, inerentemente, um objetivo prático implícito, de aplicação na vida real, pelo que o ensino deve ser sempre efetuado com essa perspectiva: ‘os conhecimentos adquiridos são para ser aplicados’.

Apresentam-se, a seguir, os temas que constituem os conhecimentos fundamentais (básicos) e os conhecimentos específicos estabelecidos na Trilha de Aprendizagem a serem adquiridos pelos servidores das agências reguladoras e de outros atores da regulação. Os cursos são relacionados por Eixo, precedidos de códigos com a abreviatura de cada Eixo (NR, NS, GR, RE, RC, e RT) e um número de ordem que identifica cada curso (exemplo: NR.1, NR.2, NR.3 etc.) com seu respectivo conteúdo ou temas a ele relacionados (exemplo: NR.1.1).

Noções de Regulação – NR

NR.1	Fundamentos de Teoria da Regulação
NR.1.1	Considerações gerais
NR.1.2	Classificação
NR.1.3	Tipos e formato da regulação
NR.1.4	Origem da regulação
NR.1.5	Falhas de mercado
NR.1.6	Teoria econômica da regulação
NR.1.7	Regulação de serviços de infraestrutura
NR.1.8	Objetivos da regulação
NR.1.9	Ideias-chave
NR.2	Aspectos Jurídicos e Institucionais da Regulação
NR.2.1	Marco legal e institucional da regulação
NR.2.2	Papel das agências reguladoras como ente jurídico
NR.2.3	Regimes jurídicos utilizados na prestação de serviços públicos
NR.2.4	Espaço de competência das agências reguladoras
NR.2.4.1	Competências regulamentares

NR.2.4.2	Competências fiscalizadoras
NR.2.4.3	Competências sancionatórias
NR.2.4.4	Competências parajurisdicionais
NR.2.5	Cooperação institucional entre agências reguladoras
NR.2.6	Regulação multinível
NR.2.7	Ideias-chave
NR.3	Regulação no Brasil e no Mundo
NR.3.1	Origem da regulação no mundo
NR.3.2	Origem da regulação no Brasil
NR.3.3	A evolução da administração pública. A nova gestão pública e a agencificação. A nova governança pública
NR.3.4	A disseminação da regulação no mundo
NR.3.5	O modelo de regulação independente
NR.3.6	Serviços públicos essenciais e falhas de mercado
NR.3.7	Equilíbrio das relações: poder concedente, prestador de serviços e usuários
NR.3.8	Contexto histórico e criação de agências reguladoras no Brasil
NR.3.9	Setores regulados no Brasil e suas principais características
NR.3.10	A lei das agências federais do Brasil
NR.3.11	A Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) e o seu papel na regulação do país
NR.3.12	Estudos de caso internacionais
NR.3.13	Ideias-chave
NR.4	Modelos de Regulação de Serviços de Saneamento
NR.4.1	A necessidade de regulação de serviços de saneamento
NR.4.2	As falhas de mercado dos serviços de saneamento
NR.4.3	Modelos de prestação e regulação de serviços de saneamento
NR.4.3.1	Modelo Inglês
NR.4.3.2	Modelo Francês
NR.4.3.3	Modelo de empresa pública
NR.4.3.4	Outros modelos e experiências internacionais
NR.4.4	O modelo de regulação de serviços de saneamento no Brasil
NR.4.5	Marco legal e institucional e diretrizes para a regulação de serviços de saneamento
NR.4.6	Abrangência das agências reguladoras de saneamento no Brasil
NR.4.6.1	ANA
NR.4.6.2	Agências Estaduais
NR.4.6.3	Municipais
NR.4.6.4	Intermunicipais (consórcios)
NR.4.6.5	Outras agências que interferem com o setor do saneamento
NR.4.7	Panorama do saneamento no país e papel da regulação
NR.4.8	Ideias-chave
NR.5	Princípios de Regulação Técnica

NR.5.1	Objetivos da regulação técnica
NR.5.2	Avaliação de metas e cumprimento contratual
NR.5.3	Qualidade de serviço
NR.5.4	Qualidade da água e efluentes
NR.5.5	Fiscalização direta e indireta
NR.5.6	Regulação sunshine
NR.5.7	Prestação dos serviços de saneamento básico
NR.5.8	Estudos de caso
NR.5.9	Ideias-chave
NR.6	Princípios de Regulação Econômica
NR.6.1	Objetivos da regulação econômica
NR.6.2	Introdução aos métodos de regulação econômica
NR.6.3	Nível e estrutura tarifária
NR.6.4	Noções de revisão e reajuste tarifário
NR.6.5	Aspectos gerais dos subsídios tarifários
NR.6.6	Estudos de caso
NR.6.7	Ideias chave
NR.7	Princípios de Regulação Contratual
NR.7.1	Introdução à regulação contratual
NR.7.2	Diferentes tipos de contratos
NR.7.3	Formação de consórcios públicos
NR.7.4	A participação do setor privado
NR.7.5	Características e tipos de concessões e PPP
NR.7.6	Gestão do risco
NR.7.7	Gestão do contrato
NR.7.8	Estudos de caso
NR.7.9	Ideias-chave
NR.8	Fundamentos de Governança e Boa Prática da Regulação
NR.8.1	Introdução à governança na regulação
NR.8.2	Governança regulatória
NR.8.3	Como avaliar e mensurar a governança
NR.8.4	Dimensões da governança regulatória
NR.8.5	Princípios de boa governança regulatória e qualidade da regulação
NR.8.6	Ideias-chave

Noções de Saneamento – NS

NS.1	Caracterização dos Serviços de Saneamento
NS.1.1	O que é saneamento básico
NS.1.2	Conceituação dos serviços de saneamento e sua titularidade
NS.1.3	Importância do saneamento básico
NS.1.4	Serviços de saneamento básico
NS.1.4.1	Infraestruturas e características do sistema de abastecimento de água
NS.1.4.2	Infraestruturas e características do sistema de esgotamento sanitário
NS.1.4.3	Infraestruturas e características dos sistemas de resíduos sólidos e de limpeza urbana
NS.1.4.4	Infraestruturas e características do sistema de drenagem urbana
NS.1.5	Metas para o serviço de saneamento básico
NS.1.6	Ideias-chave
NR.2	Aspectos Técnicos
NS.2.1	Caracterização geral dos serviços de saneamento básico
NS.2.2	Principais requisitos técnicos dos serviços de saneamento básico
NS.2.3	Características técnicas do serviço de abastecimento de água e dos seus componentes
NS.2.4	Características técnicas do serviço de esgotamento sanitário e dos seus componentes
NS.2.5	Características técnicas dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana e dos seus componentes
NS.2.6	Características técnicas dos serviços de drenagem urbana e dos seus componentes
NS.2.7	Planejamento, prestação e regulação de serviços de saneamento básico
NS.2.8	Ideias-chave
NS.3	Aspectos Jurídico-Institucionais
NS.3.1	Marco legal dos serviços de saneamento básico
NS.3.2	Titularidade do serviço e aos modelos jurídico-institucionais
NS.3.3	A nova Lei de Saneamento
NS.3.4	Política Nacional de Resíduos Sólidos
NS.3.5	Aspectos jurídicos específicos para os serviços
NS.3.5.1	Abastecimento de água
NS.3.5.2	Esgotamento sanitário
NS.3.5.3	Resíduos sólidos e limpeza urbana
NS.3.5.4	Drenagem urbana
NS.3.6	Prestação Regionalizada
NS.3.7	Ideias-chave
NS.4	Aspectos Financeiros
NS.4.1	Aspectos financeiros do marco legal dos serviços de saneamento básico
NS.4.2	Contabilidade do setor público e privado
NS.4.3	Elementos básicos de matemática financeira

NS.4.4	Estruturação de custos e despesas para os vários serviços de saneamento básico
NS.4.5	Política tarifária e de cobrança para os vários serviços de saneamento básico
NS.4.6	Remuneração de investimentos e capital próprio
NS.4.7	Introdução aos modelos de financiamento
NS.4.8	Principais indicadores econômicos e financeiros
NS.4.9	Ideias-chave
NS.5	Aspectos Sociais
NS.5.1	Importância do saneamento para a sociedade
NS.5.2	Importância do saneamento básico na saúde pública
NS.5.3	Aspectos sociais do marco legal dos serviços de saneamento básico
NS.5.4	Obrigações de serviço público
NS.5.5	Universalidade dos serviços de saneamento básico
NS.5.6	Continuidade dos serviços de saneamento básico
NS.5.7	Qualidade de serviço dos serviços de saneamento básico
NS.5.8	Acesso aos serviços de saneamento básico
NS.5.9	Proteção dos interesses do usuário
NS.5.10	Políticas de subsídio
NS.5.11	Ideias-chave
NS.6	Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e o Setor do Saneamento
NS.6.1	Planos de Recursos Hídricos
NS.6.2	Outorga para sistemas de abastecimento de água e para sistemas de esgotamento sanitário
NS.6.3	Cobrança
NS.6.4	Enquadramento ambiental
NS.6.5	Sistema de informações
NS.6.6	Interação da gestão de recursos hídricos com o setor do saneamento
NS.6.7	Ideias-chave
NS.7	Prestação dos Serviços de Saneamento
NS.7.1	Legislação ambiental e normatização técnica aplicável
NS.7.2	A prestação do serviço de abastecimento de água
NS.7.3	A prestação do serviço de esgotamento sanitário
NS.7.4	A prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana
NS.7.5	A prestação do serviço de drenagem urbana
NS.7.6	Requisitos base de operação e manutenção dos serviços de saneamento básico
NS.7.7	Faturação e cobrança
NS.7.8	Introdução aos padrões de qualidade e eficiência
NS.7.9	Planos de gestão e gerenciamento dos serviços de saneamento básico
NS.7.10	Ideias-chave
NS.8	Sustentabilidade dos Serviços de Saneamento
NS.8.1	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS6) para os serviços de saneamento básico

NS.8.2	As diferentes dimensões da sustentabilidade dos serviços de saneamento básico: sustentabilidade econômico-financeira, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental
NS.8.2.1	Abastecimento de água
NS.8.2.2	Esgotamento sanitário
NS.8.2.3	Resíduos sólidos e limpeza urbana
NS.8.2.4	Drenagem urbana
NS.8.3	A governança como instrumental para a sustentabilidade dos serviços de saneamento básico
NS.8.4	A robustez e resiliência das infraestruturas como requisitos da sustentabilidade dos serviços de saneamento básico
NS.8.5	Ideias-chave

Governança Regulatória – GR

GR.1	Governança Regulatória
GR.1.1	Governança regulatória, substância regulatória e impacto da regulação
GR.1.2	Importância de uma boa governança regulatória
GR.1.3	Princípios de uma boa governança regulatória
GR.1.4	Dimensões da governança regulatória
GR.1.5	Fatores internos: Transparência, previsibilidade, consistência e proporcionalidade, integridade
GR.1.6	Fatores externos: Clareza das regras, coordenação regulatória e poderes e instrumentos regulatórios
GR.1.7	Fatores relacionais: Independência (financeira, orgânica e funcional), participação e responsabilização
GR.1.8	Mecanismos de exercício da governança
GR.1.9	Controle e gestão de riscos
GR.1.10	Estrutura e organização das agências reguladoras
GR.1.11	Experiência no Brasil e internacional em boas práticas de governança regulatória
GR.1.12	Estudos de caso
GR.1.13	Ideias-chave
GR.2	Análise de Impacto Regulatório
GR.2.1	Princípios de boa regulação e governança
GR.2.2	O que é análise de impacto regulatório (AIR)
GR.2.3	Níveis de AIR
GR.2.4	Participação social e transparência
GR.2.5	Técnicas de identificação do problema
GR.2.6	Implementação, fiscalização e monitoramento
GR.2.7	Riscos das alternativas de ação
GR.2.8	Modelos de AIR
GR.2.9	Como se estrutura um processo de AIR?
GR.2.10	Etapas de um processo AIR
GR.2.11	Experiência no Brasil e internacional em AIR

GR.2.12	Estudos de caso
GR.2.13	Ideias-chave
GR.3	Ouvidoria
GR.3.1	Conceito de ouvidoria pública
GR.3.2	Contexto histórico da ouvidoria no Brasil
GR.3.3	Funções do ouvidor
GR.3.4	Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública
GR.3.5	Resolução de conflitos
GR.3.5.1	Ouvidor como facilitador de resolução de conflitos
GR.3.5.2	Diálogo como instrumento para resolução de conflitos
GR.3.5.3	Técnicas de resolução de conflito
GR.3.6	Processo interno de apuração de denúncias e reclamações dos usuários
GR.3.7	Qualidade dos serviços prestados pela agência
GR.3.7.1	Manifestações sobre as atividades da agência reguladora
GR.3.7.2	Deliberações
GR.3.8	Transparência e publicidade
GR.3.9	Monitoramento e estatísticas
GR.3.10	Relatório anual de ouvidoria
GR.3.11	Experiência no Brasil e internacional em ouvidoria
GR.3.12	Estudos de caso
GR.3.13	Ideias-chave
GR.4	Ética e Controle Social
GR.4.1	Diretrizes nacionais para o saneamento básico
GR.4.2	Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública
GR.4.3	Cidadania e ética social
GR.4.4	Ética na administração pública
GR.4.5	Formas de controle da gestão pública
GR.4.5.1	Controle interno e controle externo
GR.4.5.2	Controle social
GR.4.6	Instrumentos de controle social de dever da administração pública
GR.4.7	Instrumentos de controle social de direito da sociedade
GR.4.8	Como avaliar o controle social?
GR.4.9	Consulta pública
GR.4.10	Audiência pública
GR.4.11	Conferência de política pública
GR.4.12	Conselhos gestores de políticas públicas
GR.4.13	Ouvidoria
GR.4.14	Lei de acesso à informação
GR.4.15	Portal da transparência

GR.4.16	Experiência no Brasil e internacional em controle social
GR.4.17	Estudos de caso
GR.4.18	Ideias-chave
GR.5	Governança Corporativa, Riscos e Compliance
GR.5.1	Conceitos fundamentais de Governança Corporativa
GR.5.2	A relação entre o problema de agência dos gestores e a governança corporativa
GR.5.3	Os mecanismos internos de governança corporativa
GR.5.4	Conselho de administração e comitê de auditoria
GR.5.5	Principais aspectos de ética no contexto da governança corporativa
GR.5.6	As aplicações da gestão de riscos no modelo de gestão de risco da empresa
GR.5.7	Conceitos básicos, termos e definições. Introdução à ISO 31000 (gestão de riscos)
GR.5.8	Componentes da estrutura para gerenciar riscos
GR.5.9	Implementação da Gestão de Riscos com base em autoavaliação dos controles
GR.5.10	Programa de compliance
GR.5.11	Alta Administração e cultura de compliance
GR.5.12	Código de ética e canal de denúncia
GR.5.13	Área dedicada e recursos
GR.5.14	Riscos de compliance e gerenciamento da regulação
GR.5.15	Políticas de compliance. ISO 19600 (sistema de gestão de compliance)
GR.5.16	Controles. Testes. Due diligence
GR.5.17	Responsabilização. Medidas disciplinares. Auditoria Interna
GR.5.18	Indicadores. Reporte. Melhoria contínua
GR.5.19	Compliance preventivo e processos de decisão
GR.5.20	Medidas anticorrupção: O Programa de Integridade da CGU. ISO 37001 (sistema de gestão antissuborno)
GR.5.21	Experiência no Brasil e internacional em governança corporativa, riscos e compliance
GR.5.22	Estudos de caso
GR.5.23	Ideias-chave
GR.6	Comunicação para Reguladores
GR.6.1	Objetivos gerais e específicos
GR.6.2	Identificação de participantes e audiência
GR.6.3	Competências e responsabilidades nas diversas dimensões da comunicação para reguladores
GR.6.4	Abordagem e estratégias de intervenção
GR.6.5	Política de comunicação regulatória
GR.6.6	Plano de monitoramento e avaliação da política de comunicação
GR.6.7	Relacionamento com prestadores regulados, entes públicos e usuários
GR.6.8	Comunicação interna
GR.6.9	Comunicação externa
GR.6.10	A experiência no Brasil e internacional em comunicação para reguladores

GR.6.11	Estudos de caso
GR.6.12	Ideias-chave
GR.7	Informação, Educação e Comunicação
GR.7.1	Informação. O que é? Como informar?
GR.7.2	Educação. O que é? Como educar?
GR.7.3	Comunicação. O que é? Como comunicar?
GR.7.4	Políticas de informação, educação e comunicação (IEC)
GR.7.5	Objetivos das políticas de IEC
GR.7.6	IEC em saneamento básico
GR.7.7	IEC e a regulação
GR.7.8	Ações em IEC
GR.7.9	Desafios para a comunicação em saneamento Básico
GR.7.10	Comunicação normativa e comunicação educativa
GR.7.11	Participação e engajamento dos usuários e sociedade
GR.7.12	Equidade de gênero e inclusão de comunidades especiais
GR.7.13	Experiência no Brasil e internacional em IEC no setor do saneamento
GR.7.14	Estudos de caso
GR.7.15	Ideias-chave
GR.8	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
GR.8.1	Métodos alternativos de resolução de conflitos: Conciliação, mediação e arbitragem
GR.8.2	Enquadramento legal dos métodos alternativos de resolução de conflitos
GR.8.3	Princípios e teoria do conflito
GR.8.4	Fundamentos e técnicas de negociação
GR.8.5	Princípios e regras de conciliação, mediação e arbitragem
GR.8.6	Técnicas de conciliação, mediação e arbitragem
GR.8.7	Experiência no Brasil e internacional na utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos
GR.8.8	Estudos de caso
GR.8.9	Ideias-chave
GR.9	Liderança e Gestão Estratégica e de Competências
GR.9.1	Liderança
GR.9.1.1	Princípios de liderança
GR.9.1.2	Autoconhecimento e liderança
GR.9.1.3	Estatuto dos dirigentes na administração pública
GR.9.1.4	Gestão de pessoas e motivação
GR.9.1.5	Gestão de metas
GR.9.1.6	Comunicação
GR.9.1.7	Plano de ação
GR.9.2	Gestão estratégica
GR.9.2.1	Ciclo PDCA
GR.9.2.2	Missão, visão e objetivos

GR.9.2.3	Valores organizacionais
GR.9.2.4	Análise SWOT
GR.9.2.5	Plano de gestão anual
GR.9.2.6	Plano de ação 5W2H
GR.9.2.7	Relatório de Resultados
GR.9.3	Gestão de competências
GR.9.3.1	Conceituação de competência
GR.9.3.2	Lideranças nos diversos contextos
GR.9.3.3	Interações dos modelos de gestão por competências e gestão por resultados
GR.9.3.4	Mapeamento de competências
GR.9.3.5	Gestão de pessoas por competências
GR.9.3.6	Gestão do capital intelectual
GR.9.4	Experiência no Brasil e internacional de boas práticas na liderança, gestão estratégica e de competências
GR.9.5	Estudos de caso
GR.9.6	Ideias-chave

Regulação Técnica - RT

RT.1	Prestação de Serviços de Água e Esgoto
RT.1.1	Prestação de serviços de abastecimento de água
RT.1.1.1	Normas técnicas
RT.1.1.2	Requisitos operacionais e de manutenção e de gestão de ativos
RT.1.1.3	Padrões de qualidade e eficiência
RT.1.1.4	Medição, faturamento e cobrança
RT.1.1.5	Medidas de segurança, contingência e emergência
RT.1.1.6	Eficiência energética
RT.1.1.7	Perdas de água
RT.1.2	Prestação de serviços de esgotamento sanitário
RT.1.2.1	Sistemas de esgotamento sanitário
RT.1.2.2	Normas técnicas
RT.1.2.3	Requisitos operacionais e de manutenção e de gestão de ativos
RT.1.2.4	Padrões de qualidade e eficiência
RT.1.2.5	Medição, faturamento e cobrança
RT.1.2.6	Medidas de segurança, contingência e emergência
RT.1.2.7	Eficiência energética
RT.1.2.8	Infiltrações
RT.1.3	Experiência no Brasil e internacional na prestação de serviços de água e esgoto

RT.1.4	Estudos de caso (água e esgoto)
RT.1.5	Ideias-chave
RT.2	Prestação de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT.2.1	Legislação ambiental aplicável
RT.2.2	Instrumentos públicos e econômicos
RT.2.2.1	Ferramentas
RT.2.2.2	Políticas públicas
RT.2.2.3	Preservação e proteção ambiental
RT.2.2.4	Cooperativas e associações de catadores
RT.2.2.5	Incentivos fiscais, financeiros e creditícios
RT.2.8	Identificação, classificação e caracterização
RT.2.9	Manuseio, acondicionamento, transporte e movimentação
RT.2.10	Fundamentos e práticas de reciclagem
RT.2.11	Tratamentos: térmico, físico-químico e biológico
RT.2.12	Aterros sanitários
RT.2.13	Planos de gestão e gerenciamento
RT.2.14	Reciclagem e logística reversa
RT.2.15	Padrões de qualidade e eficiência
RT.2.16	Faturamento e cobrança
RT.2.17	Experiência no Brasil e internacional na prestação de serviços de resíduos sólidos e de limpeza urbana
RT.2.18	Estudos de caso
RT.2.19	Ideias-chave
RT.3	Prestação de Serviços de Drenagem Urbana
RT.3.1	Legislação ambiental aplicável
RT.3.2	Normas técnicas
RT.3.3	Instrumentos públicos e econômicos
RT.3.4	Planejamento urbano e os sistemas de drenagem
RT.3.5	Noções de hidrologia e hidráulica aplicada à drenagem urbana
RT.3.6	Elementos da drenagem urbana
RT.3.6.1	Sarjetas
RT.3.6.2	Bocas de lobo
RT.3.6.3	Ramal de ligação
RT.3.6.4	Poços de visita
RT.3.6.5	Tubos de concreto
RT.3.7	Equações de chuva e método racional de dimensionamento
RT.3.8	Roteiro para elaboração de projetos de drenagem urbana
RT.3.9	Padrões de qualidade e eficiência
RT.3.10	Experiência no Brasil e internacional em gestão de serviços de drenagem urbana
RT.3.11	Estudos de caso
RT.3.12	Ideias-chave

RT.4	Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto
RT.4.1	Fiscalização programada e específica
RT.4.1.1	Conceitos
RT.4.1.2	Termos utilizados
RT.4.2	Levantamento e certificação de base de ativos regulatória (BAR)
RT.4.3	Planejamento da fiscalização
RT.4.3.1	Elaboração de plano anual de fiscalização
RT.4.3.2	Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)
RT.4.3.3	Monitoramento da qualidade da água e efluentes
RT.4.3.4	Organização de informações preliminares
RT.4.3.5	Definição dos componentes fiscalizados
RT.4.3.6	Georreferenciamento de unidades fiscalizadas
RT.4.3.7	Comunicação ao prestador de saneamento e titular
RT.4.3.8	Plano de ação para visita in loco
RT.4.3.9	Instruções para a execução da fiscalização
RT.4.4	Execução da fiscalização
RT.4.4.1	Reunião de abertura no prestador de saneamento
RT.4.4.2	Execução da fiscalização
RT.4.4.3	Inspeção de campo
RT.4.4.4	Fiscalização do plano de investimentos
RT.4.4.5	Fiscalização de subsídios (tarifa social)
RT.4.4.6	Evidências: registros fotográficos, relatórios e outros documentos
RT.4.4.7	Identificação e registro de não-conformidades
RT.4.4.8	Reunião de fechamento no prestador de saneamento
RT.4.5	Relatório de fiscalização
RT.5	Fiscalização de Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RT.5.1	Fiscalização programada e específica
RT.5.1.1	Conceitos
RT.5.1.2	Termos utilizados
RT.5.2	Planejamento da fiscalização
RT.5.2.1	Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS)
RT.5.2.2	Fiscalização de serviços prestados pela administração direta, indireta e terceirizações
RT.5.2.3	Organização de informações preliminares
RT.5.2.4	Definição dos componentes fiscalizados
RT.5.2.5	Georreferenciamento de unidades fiscalizadas
RT.5.2.6	Comunicação ao prestador de serviços e titular
RT.5.2.7	Plano de ação para visita in loco
RT.5.2.8	Instruções para a execução da fiscalização
RT.5.3	Execução da fiscalização
RT.5.3.1	Reunião de abertura no prestador de serviços
RT.5.3.2	Execução da fiscalização

RT.5.3.3	Inspeção de campo
RT.5.3.4	Fiscalização do Plano de Investimentos
RT.5.3.5	Disposição adequada de resíduos conforme os instrumentos legais e contratuais
RT.5.3.6	Evidências: registros fotográficos, relatórios e outros documentos
RT.5.3.7	Identificação e registro de não-conformidades
RT.5.3.8	Reunião de fechamento no prestador de serviços
RT.5.4	Relatório de fiscalização
RT.5.5	Relatório preliminar
RT.5.6	Termo de notificação e auto de infração
RT.5.7	Parecer técnico de acompanhamento do termo de notificação
RT.5.8	Divulgação e publicidade dos relatórios
RT.5.9	Experiência no Brasil e internacional em fiscalização dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana
RT.5.10	Estudos de caso
RT.5.11	Ideias-chave
RT.6	Fiscalização de Serviços de Drenagem Urbana
RT.6.1	Fiscalização programada e específica
RT.6.2	Planejamento da fiscalização
RT.6.2.1	Plano Diretor de Drenagem Urbana
RT.6.2.2	Fiscalização de serviços prestados pela administração direta, indireta e terceirizações
RT.6.2.3	Organização de informações preliminares
RT.6.2.4	Definição dos componentes fiscalizados
RT.6.2.5	Georreferenciamento de unidades fiscalizadas
RT.6.2.6	Identificação de normativos municipais sobre drenagem pluvial
RT.6.2.7	Comunicação ao prestador de serviços e titular
RT.6.2.8	Plano de ação para visita in loco
RT.6.2.9	Instruções para a execução da fiscalização
RT.6.3	Execução da fiscalização
RT.6.4	Relatório de Fiscalização
RT.6.5	Relatório preliminar
RT.6.6	Termo de notificação e auto de infração
RT.6.7	Parecer técnico de acompanhamento do termo de notificação
RT.6.8	Divulgação e publicidade dos relatórios
RT.6.9	Experiência no Brasil e internacional em fiscalização dos serviços de drenagem urbana
RT.6.10	Estudos de caso
RT.6.11	Ideias-chave
RT.7	Benchmarking e Indicadores de Desempenho de Serviços de Saneamento
RT.7.1	Introdução às metodologias de avaliação de desempenho e benchmarking
RT.7.2	Avaliação do desempenho pelo regulador: Importância dos indicadores de desempenho para controle da qualidade de serviço e cumprimento das metas

RT.7.3	Conceito de indicador de desempenho
RT.7.4	Classificação dos indicadores de desempenho
RT.7.5	Aplicações de indicadores de desempenho
RT.7.6	Confiança e qualidade dos resultados
RT.7.7	Metodologia de aplicação
RT.7.8	Definição dos dados e dos indicadores de desempenho
RT.7.9	Fatores de contexto
RT.7.10	Valores de referência
RT.7.11	Indicadores compostos e rankings
RT.7.12	Regulação sunshine
RT.7.13	Experiência no Brasil: SNIS, ACERTAR e utilização de indicadores de desempenho por agências reguladoras (e.g. ARCE e ADASA)
RT.7.14	Experiência internacional na aplicação de indicadores de desempenho na regulação da qualidade de serviço.
RT.7.15	Estudos de caso (água, esgoto, resíduos sólidos e limpeza urbana, e drenagem urbana)
RT.7.16	Ideias-chave
RT.8	Gestão da Informação Regulatória
RT.8.1	Importância da gestão da informação regulatória
RT.8.2	Cadastro
RT.8.3	Organização de dados
RT.8.4	Critérios de rateio
RT.8.5	Confiança dos dados
RT.8.6	Projeto ACERTAR
RT.8.7	Experiência no Brasil e internacional em gestão da informação regulatória
RT.8.8	Estudos de caso
RT.8.9	Ideias-chave
RT.9	Regulação Sunshine
RT.9.1	Objetivos da regulação sunshine
RT.9.2	Principais características
RT.9.3	Metodologia de aplicação
RT.9.4	Combinação com outros modelos regulatórios
RT.9.5	Apresentação e comunicação de resultados
RT.9.6	Experiência no Brasil e internacional em regulação sunshine
RT.9.7	Estudos de caso (água, esgoto, resíduos sólidos e limpeza urbana, e drenagem urbana)
RT.9.8	Ideias-chave
RT.10	Regulação dos Recursos Hídricos
RT.10.1	Histórico da gestão de recursos hídricos no Brasil
RT.10.2	Constituição Federal: a questão da dominialidade
RT.10.3	Promoção do uso múltiplo e a gestão descentralizada e participativa. Bacia hidrográfica como unidade de planejamento

RT.10.4	Criação da ANA como agência executiva e reguladora do uso da água
RT.10.5	Solução encontrada para as agências de água
RT.10.6	Regulação dos serviços públicos de irrigação e transposições federais
RT.10.7	Segurança de barragens no contexto da gestão de recursos hídricos
RT.10.8	Arcabouço Federal: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Agência Nacional de Águas (ANA), Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's) Interestaduais, Entidades Delegatárias de funções de Agência de Águas
RT.10.9	Arcabouços Estaduais: Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Paraíba
RT.10.10	Outorga e cobrança para sistemas de abastecimento de água e para sistemas de esgotamento sanitário
RT.10.11	Regulação econômica do fornecimento de água bruta
RT.10.12	Experiência no Brasil e internacional na regulação de recursos hídricos
RT.10.13	Estudos de caso
RT.10.14	Ideias-chave
RT.11	Regulação de Saneamento Rural
RT.11.1	Conceito de ruralidade
RT.11.2	Aspectos legais do saneamento rural
RT.11.3	Tecnologias para abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos no ambiente rural
RT.11.4	Modelos de gestão para a prestação dos serviços
RT.11.5	Indicadores para a gestão dos serviços no saneamento rural
RT.11.6	Política tarifária e de subsídio
RT.11.7	Estratégia de comunicação e sensibilização
RT.11.8	Engajamento e participação comunitária
RT.11.9	Regulação do saneamento rural
RT.11.10	Experiência no Brasil e internacional em gestão e regulação de serviços de saneamento em meio rural
RT.11.11	Estudos de caso (água, esgoto e resíduos sólidos)
RT.11.12	Ideias-chave
RT.12	Regulação de Saneamento Rural
RT.12.1	Universalização dos serviços e sistemas fora de rede
RT.12.2	Aspectos legais e contratuais para sistemas fora de rede
RT.12.3	Cooperação institucional para acesso aos serviços fora de rede
RT.12.4	Autorizações e licenças
RT.12.5	Controle de qualidade da água e da destinação de efluentes e lodos e de resíduos
RT.12.6	Importância da regulação dos serviços e sistemas fora da rede
RT.12.7	Regulação da qualidade de serviço
RT.12.8	Definição de preços / Cobrança dos serviços
RT.12.9	Contratos
RT.12.10	Experiência no Brasil e internacional em regulação de sistemas fora da rede
RT.12.11	Estudos de Caso
RT.12.12	Ideias-chave
RT.13	Planejamento

RT.13.1	Importância do Planejamento. Arcabouço legal.
RT.13.2	Fundamentos para a elaboração de Planos de Saneamento Básico
RT.13.3	A participação social na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Mobilização social
RT.13.4	Estudos para a elaboração do diagnóstico
RT.13.4.1	Sistema de informações para auxílio à tomada de decisão
RT.13.4.2	Diagnóstico técnico-participativo dos quatro setores do saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem
RT.13.5	Sistema de informações para auxílio à tomada de decisão
RT.13.6	Planejando o futuro do saneamento
RT.13.6.1	Prospectiva e planejamento estratégico para o setor de saneamento no município e/ou região
RT.13.6.2	Programas, projetos e ações para alcance do cenário de referência
RT.13.7	Monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Saneamento Básico
RT.13.7.1	Indicadores de desempenho do Plano de Saneamento Básico
RT.13.8	Acompanhamento e revisão do Plano de Saneamento Básico
RT.13.9	Experiência no Brasil e internacional em planejamento de serviços de saneamento básico
RT.13.10	Estudos de caso
RT.13.11	Ideias-chave

Regulação Econômica – RE

RE.1	Modelos de Regulação Econômica
RE.1.1	Fundamentos econômicos da regulação
RE.1.2	Falhas de mercado / Porquê regular? Teoria da Regulação
RE.1.3	Classificação dos modelos de regulação econômica
RE.1.4	Regulação por custo de serviço ou taxa de retorno
RE.1.5	Custo de capital
RE.1.6	Base de ativos regulatória (BAR)
RE.1.7	Exemplo de aplicação
RE.1.8	Regulação por incentivos de desempenho
RE.1.9	Regulação por teto de preços
RE.1.10	Fator X
RE.1.11	Regulação por teto de receitas
RE.1.12	Yardstick competition
RE.1.13	Modelo de empresa eficiente
RE.1.14	Outros modelos de regulação econômica
RE.1.15	Exemplos de aplicação
RE.1.16	Experiência no Brasil e Internacional em modelos de regulação econômica
RE.1.17	Estudos de caso (água, esgoto, resíduos sólidos e limpeza urbana, e drenagem urbana)
RE.1.18	Ideias-chave

RE.2	Base de Ativos Regulatória (BAR)
RE.2.1	Importância e objetivos do cálculo da Base de Ativos Regulatória (BAR)
RE.2.2	Princípios econômicos: consistência, equidade, flexibilidade, proporcionalidade, eficiência e sustentabilidade econômica
RE.2.3	Critérios para definição da BAR
RE.2.4	Métodos de mensuração
RE.2.4.1	Métodos baseados no valor econômico, contábil ou de mercado
RE.2.4.2	Métodos baseados no custo de reposição
RE.2.4.3	Métodos híbridos
RE.2.5	Bens reversíveis, ativos elegíveis e não elegíveis
RE.2.6	Vida útil física, econômica, contratual, contábil e regulatória
RE.2.7	Depreciação, amortização e reintegração
RE.2.8	Cálculo da depreciação
RE.2.8.1	Cálculo linear
RE.2.8.2	Cálculo por unidades de produção
RE.2.8.3	Cálculo com depreciação acelerada
RE.2.9	Controle patrimonial, gestão e auditoria de ativos
RE.2.10	Experiência no Brasil e internacional no cálculo da BAR
RE.2.11	Estudos de caso (água, esgoto, resíduos sólidos e limpeza urbana, e drenagem urbana)
RE.2.12	Ideias-chave
RE.3	Contabilidade Regulatória
RE.3.1	Importância e objetivos da contabilidade regulatória
RE.3.2	Necessidade de informação e da contabilidade regulatória
RE.3.3	Instituições e critérios de padronizações contábeis
RE.3.4	Características e princípios da contabilidade
RE.3.5	Demonstrações contábeis
RE.3.5.1	Balanco patrimonial
RE.3.5.2	Demonstração de resultados
RE.3.5.3	Demonstração do fluxo de caixa
RE.3.5.4	Informações complementares
RE.3.6	Planos de contas
RE.3.7	Aplicação e usos da contabilidade regulatória
RE.3.8	Requisitos legais para contabilidade regulatória
RE.3.9	Normativos contábeis nacionais
RE.3.10	Normativos do setor de saneamento
RE.3.11	Segregação e direcionadores de custos, despesas e receitas
RE.3.12	Usos das informações contábeis nos processos regulatórios
RE.3.13	Contabilização dos ativos e depreciação
RE.3.14	Segregação dos ativos
RE.3.15	Controle patrimonial
RE.3.16	Experiência no Brasil e internacional em contabilidade regulatória

RE.3.17	Estudos de caso (água, esgoto, resíduos sólidos e limpeza urbana, e drenagem urbana)
RE.3.18	Ideias-chave
RE.4	Modelos Tarifários, Revisão e Reajuste Tarifário
RE.4.1	Princípios gerais de um sistema tarifário: Nível e estrutura tarifária
RE.4.2	Objetivos de sustentabilidade
RE.4.3	Modelos de estrutura tarifária
RE.4.4	Desenho e modelagem da estrutura tarifária
RE.4.5	Histogramas de consumo e renda
RE.4.6	Usuários e faixas de consumo
RE.4.7	Subsídio cruzado
RE.4.8	Tarifário social e tarifários especiais
RE.4.9	Reajuste tarifário
RE.4.10	Revisão ordinária
RE.4.11	Revisão extraordinária
RE.4.12	Outros serviços cobráveis
RE.4.13	Experiência no Brasil e internacional na estruturação de sistemas tarifários e de e limpeza urbana
RE.4.14	Estudos de Caso
RE.4.15	Ideias-chave
RE.5	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RE.5.1	Aspectos legais sobre a cobrança do serviço de manejo de resíduos sólidos
RE.5.2	Aspectos legais sobre a cobrança do serviço de limpeza urbana
RE.5.3	Sustentabilidade financeira, social e ambiental dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana
RE.5.4	Composição das despesas e receitas dos serviços de manejo de resíduos sólidos
RE.5.5	Análise de investimentos
RE.5.6	Modelagem financeira dos serviços de resíduos sólidos e de limpeza urbana
RE.5.7	Critérios para estruturação de taxas e/ou tarifas
RE.5.8	Revisão e reajuste tarifários
RE.5.9	Experiência no Brasil e Internacional na cobrança dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana
RE.5.10	Estudos de caso
RE.5.11	Ideias-chave
RE.6	Cobrança e Sustentabilidade dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana
RE.6.1	Aspectos legais sobre a cobrança dos serviços de drenagem urbana
RE.6.2	Sustentabilidade dos serviços de drenagem urbana
RE.6.3	Composição das despesas e receitas dos serviços de drenagem urbana
RE.6.4	Análise de investimentos
RE.6.5	Modelagem financeira dos serviços de drenagem
RE.6.6	Critérios para estruturação de taxas e tarifas
RE.6.7	Fórmulas de cálculo da revisão e reajuste tarifário
RE.6.8	Experiência no Brasil e internacional na cobrança dos serviços de drenagem urbana

RE.6.9	Estudos de caso
RE.6.10	Ideias-chave
RE.7	Modelos de Subsídio
RE.7.1	A capacidade para pagar do usuário
RE.7.2	A disponibilidade para pagar
RE.7.3	Política dos 3Ts
RE.7.4	Modelos de subsídio
RE.7.5	Subsídio cruzado
RE.7.6	Tarifário social
RE.7.7	Subsídios direcionados e não direcionados
RE.7.8	Subsídios implícitos e explícitos
RE.7.9	Critérios de elegibilidade
RE.7.10	Políticas de subsídio
RE.7.11	Experiência no Brasil e internacional em modelos de subsídio
RE.7.12	Estudos de caso
RE.7.13	Ideias-chave
RE.8	Estruturação e Modelagem Financeira
RE.8.1	Importância e objetivos da modelagem financeira no setor de saneamento
RE.8.2	Organização e estruturação de custos e receitas
RE.8.3	Mapas financeiros
RE.8.4	Indicadores econômicos e financeiros
RE.8.5	Análise de sensibilidade e risco
RE.8.6	A experiência no Brasil e internacional em estruturação e modelagem financeira
RE.8.7	Estudos de caso
RE.8.8	Ideias-chave
RE.9	Métodos de Benchmarking e Avaliação da Eficiência e Produtividade
RE.9.1	Introdução ao benchmarking
RE.9.2	Vantagens e requisitos para aplicação de benchmarking
RE.9.3	Classificação
RE.9.4	Principais conceitos: eficiência, eficácia, produtividade, decomposição da eficiência
RE.9.5	Metodologias de benchmarking aplicadas à regulação econômica
RE.9.6	Métodos paramétricos e não paramétricos
RE.9.7	Métodos paramétricos
RE.9.7.1	Regressão simples (OLS)
RE.9.7.2	Regressão corrigida (COLS)
RE.9.7.3	Fronteiras estocásticas (SFA)
RE.9.7.4	Exemplos de aplicação
RE.9.8	Métodos não paramétricos
RE.9.8.1	Números índices
RE.9.8.2	Análise envoltória de dados (DEA)
RE.9.8.2.1	Diferentes modelos

RE.9.8.2.2	Ambiente operacional
RE.9.8.2.3	Identificação de outliers
RE.9.8.2.4	Modelos robustos
RE.9.8.3	Exemplos de aplicação
RE.9.9	Produtividade total dos fatores
RE.9.10	Cálculo do fator X na regulação por incentivos de desempenho
RE.9.11	Experiência no Brasil e internacional da adoção de benchmarking pelas agências reguladoras
RE.9.12	Estudo de caso
RE.9.13	Ideias-chave
RE.10	Custo de Capital
RE.10.1	O papel do custo de capital na regulação
RE.10.2	Custo médio ponderado de capital (WACC)
RE.10.3	Métodos de avaliação do custo de capital próprio (CAPM e APT)
RE.10.4	Custo de capital próprio
RE.10.5	Custo da dívida
RE.10.6	Betas e variáveis
RE.10.7	Taxa de remuneração regulatória do capital
RE.10.8	Experiência no Brasil e internacional na determinação do custo de capital
RE.10.9	Estudos de caso
RE.10.10	Ideias-chave

Regulação Contratual – RC

RC.1	Regulação Híbrida (Contratos + Agência)
RC.1.1	Introdução à teoria da regulação
RC.1.2	A regulação por agência ou regulação discricionária
RC.1.2.1	Agencificação da administração pública
RC.1.2.2	Vantagens e desvantagens
RC.1.2.3	A governança regulatória
RC.1.2.4	A captura da agência reguladora
RC.1.2.5	O risco regulatório
RC.1.3	A regulação contratual
RC.1.3.1	Contratualização e teoria dos contratos
RC.1.3.2	Tipos de contratos
RC.1.3.3	Imperfeição e a incompletude dos contratos
RC.1.3.4	A renegociação dos contratos
RC.1.3.5	A necessidade de acompanhamento, gestão e regulação dos contratos
RC.1.4	A complementaridade entre regulação por agência e regulação por contrato
RC.1.5	Papel das agências reguladoras quando existe regulação contratual

RC.1.6	Experiência no Brasil e internacional na regulação híbrida
RC.1.7	Estudos de caso
RC.1.8	Ideias-chave
RC.2	Aspectos Jurídicos dos Contratos
RC.2.1	Enquadramento legal dos contratos no Brasil
RC.2.2	Introdução à estruturação e modelagem jurídica dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico
RC.2.3	Concessão/PPP, subconcessão e subdelegação
RC.2.4	Contratos de programa e alterações do marco regulatório
RC.2.5	Convênios
RC.2.6	Interdependência
RC.2.7	Gestão associada
RC.2.7.1	Formas de associação
RC.2.7.2	Protocolo de intenções
RC.2.7.3	Leis de ratificação
RC.2.7.4	Estatuto social
RC.2.7.5	Legislação municipal
RC.2.7.6	Contrato
RC.2.8	Modelagem de Contratos e Convênios de delegação da atividade regulatória
RC.2.9	A experiência no Brasil e direito comparado sobre a modelagem jurídica de contratos
RC.2.10	Estudos de caso
RC.2.11	Ideias-chave
RC.3	Desenho e Modelagem Contratual
RC.3.1	Enquadramento legal e institucional dos contratos no Brasil: contratos programa, concessão e PPP
RC.3.2	Bens que integram os contratos
RC.3.3	Financiamento
RC.3.4	Sistema tarifário: Equilíbrio econômico-financeiro do contrato
RC.3.5	Reajuste, revisão periódica e extraordinária
RC.3.6	Direitos e obrigações dos usuários, da concedente e da concessionária
RC.3.7	Operação e manutenção do sistema
RC.3.8	Investimentos e obras
RC.3.9	Seguros e garantias
RC.3.10	Fiscalização e regulação dos serviços
RC.3.11	Arbitragem e outros meios de resolução de conflito
RC.3.12	Extinção da concessão e reversão dos bens que integram a concessão
RC.3.13	Indenização dos ativos
RC.3.14	Sanções administrativas
RC.3.15	Experiência no Brasil e internacional no desenho e modelagem contratual
RC.3.16	Estudos de caso
RC.3.17	Ideias-chave

RC.4	Gestão de Contratos
RC.4.1	Introdução à gestão de contratos
RC.4.2	A gestão dos contratos versus a regulação dos contratos
RC.4.3	Gestão do relacionamento, gestão administrativa e gestão operacional
RC.4.4	Elementos-chave da gestão de contratos
RC.4.5	Manual de gestão de contratos
RC.4.6	Experiência no Brasil e internacional na gestão de contratos
RC.4.7	Estudos de caso
RC.4.8	Ideias-chave
RC.5	Renegociação e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos
RC.5.1	Enquadramento legal
RC.5.2	O papel da agência de regulação
RC.5.3	Eventos e desequilíbrio do contrato. A matriz de riscos contratual
RC.5.4	Renegociação do contrato
RC.5.5	Introdução às metodologias de reequilíbrio de contratos
RC.5.6	Fluxo de caixa total
RC.5.7	Fluxo de caixa marginal
RC.5.8	Taxa interna de rentabilidade (TIR) e valor presente líquido (VPL)
RC.5.9	Cálculo e formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato
RC.5.10	Experiência no Brasil e internacional em renegociação e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos
RC.5.11	Estudos de caso
RC.5.12	Ideias-chave
RC.6	Matriz de Risco
RC.6.1	Conceito de risco e flexibilidade contratual
RC.6.2	Gestão de risco. Normatização (ISO 31000)
RC.6.3	Identificação e classificação de riscos
RC.6.4	Alocação de riscos
RC.6.5	Probabilidade e impacto dos riscos
RC.6.6	Medidas de mitigação e gestão de risco
RC.6.7	A matriz de risco contratual
RC.6.8	Experiência no Brasil e internacional na gestão de risco
RC.6.9	Estudos de caso
RC.6.10	Ideias-chave
RC.7	Project Finance
RC.7.1	Modelos de financiamento
RC.7.2	Introdução ao Project Finance
RC.7.3	Processo e etapas
RC.7.4	Estruturação
RC.7.5	Cash flow (fluxo de caixa) de projeto

RC.76	Risco de projeto
RC.77	Instrumentos financeiros
RC.771	Dívida sénior e dívida subordinada
RC.772	União
RC.773	Estruturação de empréstimos obrigacionistas
RC.774	Produtos híbridos
RC.775	Garantias
RC.776	Instrumentos complementares de cobertura de risco
RC.777	Acordos financeiros com entidades multilaterais
RC.78	Acompanhamento e gestão de projeto
RC.79	Indicadores de endividamento
RC.710	Experiência no Brasil e internacional em Project Finance
RC.711	Estudos de caso (água, esgoto, resíduos sólidos e limpeza urbana, e drenagem urbana)
RC.712	Ideias-chave
RC.8	Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos
RC.8.1	Métodos alternativos de resolução de conflitos de natureza contratual: Arbitragem, conciliação e mediação
RC.8.2	Princípios e teoria do conflito
RC.8.3	Fundamentos e técnicas de negociação
RC.8.4	Princípios históricos da arbitragem no Brasil
RC.8.5	Análise do enquadramento legal da arbitragem, em particular quanto à convenção de arbitragem, ao procedimento arbitral e as polêmicas envolvendo arbitragem
RC.8.6	Princípios e regras de conciliação e mediação
RC.8.7	Técnicas de conciliação e mediação
RC.8.8	Conciliação de acordo com o enquadramento legal vigente
RC.8.9	Enquadramento legal da mediação
RC.8.10	Câmaras privadas de conciliação e mediação
RC.8.11	Experiência no Brasil e internacional na utilização de métodos alternativos para resolução de conflitos em contratos de concessão e PPP
RC.8.12	Estudos de caso
RC.8.13	Ideias-chave
RC.6	Licitação Pública
RC.9.1	Enquadramento legal: Lei nº 8.666, Lei n.º 8987, Lei nº 11.079 e outra legislação relevante
RC.9.2	Tomada de decisão
RC.9.3	Processo licitatório. Diferentes modalidades de licitação
RC.9.4	Habilitação, procedimento e julgamento
RC.9.5	Formação dos contratos
RC.9.6	Execução e alteração dos contratos
RC.9.7	Sanções administrativas, tutela judicial e recurso administrativo
RC.9.8	Particularidades dos contratos de concessão e de PPP
RC.9.9	Contratos de performance e/ou por resultados

RC.9.10	Princípios de boa governança na licitação pública
RC.9.11	Estudos de caso
RC.9.12	Ideias-chave
RC.6	Avaliação de Propostas
RC.10.1	Enquadramento legal
RC.10.2	Características das propostas
RC.10.3	Habilitação dos licitantes
RC.10.4	Avaliação das propostas dos licitantes
RC.10.5	Critérios de julgamento: financeiro e técnico
RC.10.6	Critérios de julgamento para contratos de empreitada e para concessões/PPP
RC.10.7	Metodologias de avaliação: A análise multicritério na tomada de decisão
RC.10.8	Princípios de boa governança na licitação e na avaliação das propostas
RC.10.9	Experiência no Brasil e internacional na avaliação de propostas
RC.10.10	Estudos de caso
RC.10.11	Ideias-chave

Anexo IV

Recursos e Atividades Complementares

Foram criadas ou identificadas soluções educacionais para a regulação de serviços de saneamento, dimensionadas tendo em consideração seis formatos distintos, notadamente as mencionadas soluções educacionais presenciais, EAD remoto, online (EAD autoinstrucional) e mistas (com módulo EAD remoto mais módulo presencial), mais as soluções de uso livre (tais como livros, e-books, páginas online e vídeos, entre outros) e as soluções denominadas especiais (aquelas que não ocorrem periodicamente da mesma forma ou que, pela sua maior complexidade, requerem uma organização e uma logística especial).

Apresenta-se, de seguida, exemplos de soluções de uso livre que poderão ser consultadas por todos os interessados, divididas em materiais gratuitos e materiais disponíveis para aquisição no mercado. As soluções de uso livre podem ser buscadas pelos interessados na regulação de serviços de saneamento.

Ressalva-se que a ANA não se responsabiliza pelos conteúdos destas soluções educacionais de uso livre, pois foram desenvolvidas por autores externos.

ITEM	AUTORES	TIPO DE ITEM	EIXO DE CAPACITAÇÃO						Custo médio (R\$)
			NR	NS	GR	RT	RE	RC	
Histórias do Saneamento 1ª edição 2016 Editora Blucher	Aristides Almeida Rocha	LIVRO		X					45
Regulação no Brasil: Uma Visão Multi-disciplinar 1ª edição 2013 Editora FGV	Sérgio Guerra	LIVRO			X	X	X		60
Regulação do Saneamento Básico 1ª edição 2013 Editora Manole	Alceu de Castro Galvão Jr, Alisson José Maia Melo e Mario Augusto P. Monteiro	LIVRO	X		X	X	X	X	74
Regulação e Infraestrutura 1ª edição 2018 Editora Fórum	Alexandre Santos De Aragão	LIVRO	X		X				100
Teoria da Regulação: Fundamentos 1ª edição 2009 Editora Estação Liberdade	Robert Boyer, Paulo Cohen	LIVRO	X		X				25
Discricionariedade, Regulação e reflexividade 5ª edição 2018 Editora Fórum	Sérgio Guerra	LIVRO	X		X				130
Regulação Técnica e Econômica em Monopólios Naturais 1ª edição 2015 Synergia Editora	Fabio S. El Hage, Marco A. P. Delgado, Romeu Rufino	LIVRO	X			X	X		74
Aspectos Jurídicos do Saneamento Básico 2ª edição 2018 Editora Lumen Juris	André Saddy, Rodrigo da Fonseca Chauve	LIVRO	X		X				75

ITEM	AUTORES	TIPO DE ITEM	EIXO DE CAPACITAÇÃO						Custo médio (R\$)
			NR	NS	GR	RT	RE	RC	
Dinâmica da Regulação: Estudo de casos da jurisprudência brasileira: A convivência dos tribunais e órgãos de controle com agências reguladoras, autoridade da concorrência e livre iniciativa 1ª edição 2019 Editora Fórum	Floriano de Azevedo Marques Neto, Egon Bockmann Moreira, Sérgio Guerra	LIVRO	X		X				70
Manual de Direito Regulatório: Fundamentos de Direito Regulatório 4ª edição 2018 Editora Laccademia Publishing	Marcio Iorio Aranha	LIVRO			X				62
Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável 2ª edição 2017 Editora Manole	Arlindo Philippi Junior	LIVRO		X					132
Gestão do Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário 1ª edição 2011 Editora Manole	Arlindo Philippi Junior e Alceu de Castro Galvão Jr.	LIVRO		X					90
O Direito do Saneamento Básico 1ª edição 2019 Quarter Latin	Vinicius Marques De Carvalho	LIVRO		X					103
Regulação e Infraestrutura 1ª edição 2018 Editora Fórum	Ary Haro dos Anjos Jr	LIVRO	X	X					70
Regulação Econômica e Análise de Investimentos em Saneamento: Tarifa Adicional para Investimentos e Mecanismos de Indução à Eficiência 1ª edição 2017 Editora Novas Edições Acadêmicas	Iara Marchioretto	LIVRO	X			X			200
The Politics of Regulation in the UK: Between Tradition, Contingency and Crisis (A política de Regulação no Reino Unido: entre tradição, contingência e crise) 1ª edição 2017 Editora Palgrave Macmillan	Daniel Fitzpatrick	LIVRO	X		X				755
Regulation of Infrastructure and Utilities: Public Policy and Management Issues (Regulamentação de infraestrutura e serviços públicos: políticas públicas e questões de gerenciamento) 1ª edição 2018 Editora Palgrave Macmillan	Alberto Asquer	LIVRO	X		X				555

ITEM	AUTORES	TIPO DE ITEM	EIXO DE CAPACITAÇÃO						Custo médio (R\$)
			NR	NS	GR	RT	RE	RC	
Regulação de Serviços Públicos 2005 Lisbon (Portugal) - Edições Sílabo	Rui Cunha Marques	LIVRO	X						180
Regulation of Water and Wastewater Services. An International Comparison 2010 London (England) - International Water Association Publishing	Rui Cunha Marques	LIVRO	X				X	X	1126
A Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2011 Lisbon (Portugal) - ERSAR	Rui Cunha Marques	LIVRO	X				X	X	
Infrastructure Public-Private Partnerships: Decision, Management and Development 2013 Springer	Carlos Cruz, Rui Cunha Marques	LIVRO	X						690
O Estado e as Parcerias Público-Privadas 2012 Edições Sílabo	Carlos Cruz, Rui Cunha Marques	LIVRO	X					X	70

ITEM	AUTORES	TIPO DE ITEM	EIXO DE CAPACITAÇÃO						LOCAL
			NR	NS	GR	RT	RE	RC	
A Organização e o Controle Social das Agências Reguladoras 1ª edição 2004 ABAR	Alexandre Santo de Aragão	Conteúdo eletrônico			X				Site ABAR http://abar.org.br/?m-docs-file=47701
Regulação: Indicadores para a Prestação de Serviços de Água e Esgoto 1ª edição 2006 ABAR	Alceu de Castro Galvão Jr, Alexandre Caetano da Silva	Conteúdo eletrônico	X			X			Site ABAR http://abar.org.br/mdocs-posts/regulac%CC%A-7a%CC%83o-indicadores-para-a-prestac%CC%A7a%CC%83o-de-servic%CC%A7os-de-agua-e-esgoto/
Regulação: Procedimentos de fiscalização em sistema de abastecimento de água 1ª edição 2006 ABAR	Alceu de Castro Galvão Jr, Alexandre Caetano da Silva, Eveline Alves de Queiroz, Geraldo Basólio Sobrinho	Conteúdo eletrônico	X		X	X			Site ABAR http://abar.org.br/mdocs-posts/regulac%CC%A-7a%CC%83o-procedimentos-de-fiscalizac%CC%A7o-em-sistema-de-abastecimento-de-agua/

ITEM	AUTORES	TIPO DE ITEM	EIXO DE CAPACITAÇÃO						LOCAL
			NR	NS	GR	RT	RE	RC	
Governança Regulatória nas Agências Estaduais de Saneamento Básico 2016 XXXV Encontro de Iniciação Científica	Bruno Benevides, Natalia Holt, Dalton Gondim, Sandra Maria dos Santos	Conteúdo eletrônico			X				Site da UFC http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/17971
Regulação do Saneamento Básico: 5 anos de experiência da ARES-PCJ 1ª edição 2016 Editora Essencial Idea Publish	Carlos Roberto de Oliveira, Dalto Favero Brochi, Carlos Roberto Gravina	Conteúdo eletrônico			X	X	X	X	Site da ARES-PCJ http://www.arespcj.com.br/arquivos/43555_livro_ares.compressed.pdf
Cadernos de Capacitação da ANA Volume 1 - Comitês de Bacia: o que é e o que faz? Volume 2 - Comitês de Bacia: práticas e procedimentos Volume 3 - Alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos Volume 4 - Agência de água: o que é, o que faz e como funciona Volume 5 - Planos de Recursos Hídricos e enquadramento dos corpos de água Volume 6 - Outorga Volume 7 - Cobrança Volume 8 - Sistemas de informação na gestão de águas: conhecer para decidir		Conteúdo eletrônico	X	X					Site da ANA https://www.ana.gov.br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sas/cadernos-de-capacitacao
Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água		Conteúdo eletrônico		X		X			Site da ANA http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx
Atlas Esgotos - Despoluição de Bacias Hidrográficas		Conteúdo eletrônico				X			Site da ANA http://atlasesgotos.ana.gov.br/
Diagnóstico do manejo de Resíduos Sólidos Urbanos		Conteúdo eletrônico	X	X		X			Site do SNIS http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos

ITEM	AUTORES	TIPO DE ITEM	EIXO DE CAPACITAÇÃO						LOCAL
			NR	NS	GR	RT	RE	RC	
Diagnóstico do Serviço de Águas Pluviais		Conteúdo eletrônico	X	X		X			Site da ANA http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx
Atlas Esgotos - Despoluição de Bacias Hidrográficas		Conteúdo eletrônico				X			Site da ANA http://atlasesgotos.ana.gov.br/
Diagnóstico do manejo de Resíduos Sólidos Urbanos		Conteúdo eletrônico	X	X		X			Site do SNIS http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos
Diagnóstico do Serviço de Águas Pluviais		Conteúdo eletrônico	X	X		X			Site do SNIS http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-aguas-pluviais
Acertar		Conteúdo eletrônico		X		X			Site do Acertar http://www.acertar-brasil.com/
Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil		Conteúdo eletrônico	X	X		X			Site da ABRELPE http://abrelpe.org.br/panorama/
Regulatory Governance in Infrastructure Industries: Assessment and Measurement of Brazilian Regulators (Governança regulatória em setores de infraestrutura: avaliação e medição dos reguladores brasileiros) 2006 Banco Mundial	Paulo Correa, Carlos Pereira, Bernardo Mueller, Marcus Melo	Conteúdo eletrônico	X		X				Site Open Knowledge https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/7059
Body of Knowledge on Infrastructure Regulation (Conjunto de Conhecimentos sobre Regulação de Infraestruturas)		Conteúdo eletrônico	X		X	X	X		Site do Body of Knowledge on Infrastructure Regulation http://regulationbodyofknowledge.org/
Economic Regulation of Urban Water and Sanitation Services : Some Practical Lessons (Regulamentação econômica dos serviços de saneamento urbano: algumas lições práticas) 2007 Banco Mundial	Robert Boyer, Paulo Cohen	Conteúdo eletrônico	X						Site do Open Knowledge https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17239
Temas de Direito da Água - Vol. 2 2019 Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa	João Miranda, Rui Cunha Marques, Ana Luísa Guimarães	Conteúdo eletrônico	X	X				X	Site do ICJP https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/22059/view

ITEM	AUTORES	TIPO DE ITEM	EIXO DE CAPACITAÇÃO						LOCAL
			NR	NS	GR	RT	RE	RC	
Direito do Saneamento - Vol. 2 2020 Faculdade de Direito	João Miranda, Rui Cunha Marques, Patrícia Sampaio, Rômulo Sampaio	Conteúdo eletrônico	X	X				X	Site do ICJP https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/22749/view
Special Issue (Edição Especial): Sustainable tariffs for water services 2020 / Utilities Policy	Rui Cunha Marques, João Miranda	Conteúdo eletrônico	X				X		https://www.sciencedirect.com/journal/utilities-policy/special-issue/10GP1DSCTD7
Special Issue (Edição Especial): Regulation by Contract: Overseeing PPPs 2019 / Utilities Policy	Rui Cunha Marques	Conteúdo eletrônico	X					X	https://www.sciencedirect.com/journal/utilities-policy/special-issue/1033X871Q12
Special Issue (Edição Especial): Redrafting Water Governance 2016 / Utilities Policy	Rui Cunha Marques, Francisco Silva Pinto, João Miranda	Conteúdo eletrônico	X	X					https://www.sciencedirect.com/journal/utilities-policy/vol/43/part/PA
Special Issue (Edição Especial): Water Utility Regulation in Developed Countries 2013 / Utilities Policy	Rui Cunha Marques, Sanford Berg	Conteúdo eletrônico	X		X	X	X		https://www.sciencedirect.com/journal/utilities-policy/vol/24/suppl/C

